

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Marciclene de Freitas Ribeiro Junqueira

Goiânia - Goiás
Janeiro de 2003

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Marciclene de Freitas Ribeiro Junqueira

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos.

Goiânia - Goiás
Janeiro de 2003

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA



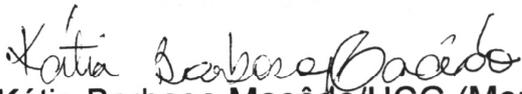
Ata da sessão de apresentação e defesa da Dissertação de Conclusão de Mestrado pela mestrande Marciclene de Freitas Ribeiro Junqueira. No dia 27 de Fevereiro de 2003, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos professores Dr. Pedro Humberto F. Campos, presidente, Dr^a. Kátia Barbosa Macêdo e Dr^a. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza membros, para a arguição da mestranda MARCICLENE DE FREITAS RIBEIRO JUNQUEIRA, a respeito da dissertação de conclusão do Curso de Mestrado em Psicologia sob o título *Representação Social da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*. A sessão iniciou-se às 14:00, no Auditório da Reitoria, sob a presidência do professor Dr. Pedro Humberto F. Campos, que concedeu 30 minutos à mestranda para expor sinteticamente o trabalho. A seguir procedeu-se à arguição, finda a qual a sessão foi suspensa e a comissão se reuniu em separado para a avaliação e atribuição de nota. Discutido o trabalho e o desempenho da mestranda, foi a mesma considerada aprovada com a nota 8,5, equivalente ao conceito B. A candidata foi declarada Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás pelo Presidente da Banca Examinadora. Findos os trabalhos, deu o Presidente por encerrada a sessão, agradecendo a participação dos arguidores, do que se lavrou a presente ata que foi assinada por todos e entregue à Secretaria do Programa de Psicologia, para os fins.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
Conhecimento a serviço da vida

Banca Examinadora


Dr. Pedro Humberto F. Campos/UCG (Presidente)


Dr^a. Kátia Barbosa Macêdo/UCG (Membro Convidado)


Dr^a. Dalva Maria B. de Lima D. de Souza/UFG (Membro Convidado)

Dedico este trabalho:

A Deus.

Aos meus familiares, em especial à minha
irmã Marielze (in memoriam).

Às crianças e adolescentes vítimas de
violência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante na minha vida.

Ao meu esposo Renato e meus filhos Larro, Korran e Aruak, pela compreensão às horas de dedicação aos estudos.

Ao meu orientador Professor Dr. Pedro Humberto Faria Campos, pela sabedoria em atender às minhas reivindicações, pelo incentivo, pelo apoio na análise dos resultados e pela participação na banca.

À Professora Dr^a. Kátia Barbosa Macedo pela atenção, apoio e participação na banca.

À Professora Dr^a. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza pela participação na banca.

Aos meus professores do Mestrado, pelo apoio recebido.

À Universidade Católica de Goiás, pelo apoio da bolsa de estudos.

Ao Juizado da Infância e Juventude pela autorização da realização da pesquisa.

Ao Conselho Tutelar pela autorização e apoio na pesquisa.

Ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

A FUNDEC pelo apoio operacional.

A equipe da Escola pública pela autorização e apoio.

À equipe da UNB - Instituto de Psicologia, pelo apoio.

Ao Centro de Pesquisa da Universidade Católica de Goiás/ CEPAJ, pelo apoio do material bibliográfico.

Aos bolsistas e alunos de Psicologia e Educação Física da UCG pela prestatividade, coleguismo e apoio na transcrição e revisão das entrevistas.

Às colegas do mestrado Juliana, Débora e Filomena pelo apoio na análise dos dados.

Aos digitadores Raimundo, Ricardo, Édson, Rick Navarro, Marina, pela digitação do trabalho.

À mestranda Juliany pela formatação.

Ao professor Goiano pela correção da dissertação.

À professora Adni pela tradução para o inglês.

Aos meus coordenadores da Secretaria de Cidadania e Trabalho que tanto me auxiliaram, com o seu apoio administrativo.

Aos meus colegas das Secretarias de Cidadania e Trabalho, Cultura, Saúde e Segurança Pública, pelo incentivo aos estudos sobre a infância e adolescência.

Aos meus amigos, colaboradores diretos, que tanto me incentivaram a caminhada.

Aos meus familiares que apoiaram e acreditaram nessa pesquisa.

E em especial aos familiares das crianças e adolescentes que aceitaram participar da pesquisa.

Este trabalho contou com a ajuda da CAPES.

A infância era, do fundo de sua irrealidade, do fundo de sua idiotice, um dos últimos bastões da ilusão poética do mundo. Como todas as outras formas de ilusão, está fadada, mais cedo ou mais tarde, à exterminação - ou à pura existência secundária.... (Jean Baudrillard, 1997, p. 87).

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Folha de Avaliação | i, ii |
| Dedicatória | iii |
| Agradecimentos | iv, v |
| Epígrafe | vi |
| Sumário..... | vii, viii |
| Lista de Figuras | ix |
| Resumo | x |
| Abstract..... | xi |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I - Violência, sociedade e família | 4 |
| 1.1. A violência como fenômeno social..... | 4 |
| 1.2. Violência estrutural na sociedade brasileira | 10 |
| 1.3. Violência doméstica..... | 23 |
| Capítulo II - Violência doméstica contra crianças e adolescentes e representações sociais | 42 |
| 2.1. A Teoria das Representações Sociais | 42 |
| 2.2. Representação social da violência | 53 |
| Capítulo III - Investigação empírica..... | 56 |
| 3.1. Método..... | 56 |
| 3.1.1. Sujeitos | 56 |
| 3.1.1.1. Descrição do bairro..... | 58 |
| 3.1.1.2. O campo da pesquisa | 58 |
| 3.1.2. Instrumentos | 60 |
| 3.1.3. Procedimento de coleta de dados | 61 |
| 3.2. Análise dos dados | 62 |
| 3.3. Resultados e discussão..... | 64 |
| 1º Nível: O campo comum das representações sociais da violência doméstica das famílias de adolescentes da escola pública | 65 |
| 1º Nível: O campo comum das representações sociais sobre a violência doméstica das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da região norte da cidade de Goiânia | 76 |

| | |
|--|----|
| 2º Nível: Diferenciações grupais posição dos grupos em relação às representações | |
| Sociais..... | 85 |
| Capítulo IV - Considerações finais..... | 90 |
| Referências bibliográficas | 98 |

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes da escola pública sobre a violência doméstica, organizado em seis classes 66
- Figura 2. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar sobre a violência doméstica, organizado em seis classes 75
- Figura 3. Projeção das palavras analisadas sobre a representação social de violência doméstica elaborada pelas famílias dos adolescentes alunos da escola pública e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo) 85
- Figura 4. Projeção das palavras analisadas sobre a violência doméstica elaborada pelas famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo) 87

RESUMO

Partindo de entrevistas semi-estruturadas, o presente trabalho pretende dar a conhecer o conteúdo das representações sociais da violência doméstica praticada por familiares em seus adolescentes, além de apontar a influência dessa violência no contexto social como decorrência inevitável da banalização do uso da droga. Dois grupos são considerados neste estudo: o Grupo 1, constituído por 21 familiares (responsáveis e irmãos) de adolescentes matriculados em uma escola pública de Goiânia, e o Grupo 2, composto por 17 familiares cujos adolescentes recebem acompanhamento do Conselho Tutelar da região Norte de Goiânia. Os resultados indicam que membros do Grupo 1 - avós e irmãos – vêem a violência como algo inerente ao cotidiano da sociedade atual, ligada aos problemas da convivência familiar, enquanto os pais pertencentes a esse Grupo vêem a violência como um fenômeno da adolescência. As más condições de trabalho são invocadas para justificar a carência de acompanhamento familiar que se evidencia no processo educativo além do que, percebem a escola como elemento positivo capaz de auxiliar na prevenção à violência doméstica. Alunos de frequência esporádica são considerados como descompromissados com a educação, sujeitos de atos de violência contra outros alunos, contra professores e contra funcionários da escola. Já no grupo 2 é reforçada a idéia do tráfico de drogas, depredações, culminando com ameaças de morte e, às vezes, com morte. A escola, para esse grupo, é vista como invasiva. No Grupo 2, familiares do Conselho Tutelar – associam a violência ao próprio fenômeno da adolescência e à falta de religião que pauta a vida dos adolescentes. Nota-se que os sujeitos masculinos deste Grupo consideram a violência como inerente ao processo educativo do adolescente, enquanto os sujeitos femininos associam a dificuldade de educar os filhos à delinqüência. Tanto o grupo 1, quanto o grupo 2, consideram os adolescentes a população mais passível de violência na sociedade, com reais probabilidades de assassinato, em razão de freqüentarem locais perigosos e estarem expostos à situações que podem culminar em brigas entre grupos, assaltos, tiroteios, prisões e morte, além de habitarem locais que naturalmente, já são considerados áreas de risco. Em ambos os grupos há aversão à violência apenas quando termina em morte, especialmente se a ação é cometida pelo adolescente contra o responsável, ou responsáveis, ou se o sujeito da ação é o responsável contra o adolescente. Os dois grupos consideram grave o abuso sexual praticado por adultos – inclusive pais e padrastos de adolescentes - contra adolescentes, ou destes contra crianças. Finalmente, ambos os grupos acordam que a população mais sujeita à violência doméstica são as mulheres e as crianças, seguidas pelos adolescentes e que os maiores responsáveis pelos atos de violência são o sujeitos do sexo masculino. Concordam, como consequência, que a banalização da violência passa pelo uso de drogas, em suas diversas manifestações.

ABSTRACT

From semi-structured interviews, this work intends to inform about the content of social representation of housing violence practiced by the family against their teenagers. Besides showing the influence of this violence at the social context, as an inevitable reason to tritely refer to the drugs consuming. Two groups were taken in account in this research: Group 1 is constituted by 21 teenager folks (guardian or brothers), enrolled at a public school in Goiânia. Group 2, is formed by 17 teenager folks, whose teenagers are attended by a Tutorial Counseling from the north side of the town. The results indicated that members from Group 1 – grandparents and brothers – see the violence as a daily consequence of the topical society, linked up to the family problems. While the parents, who belong to this Group, see the violence as an adolescence phenomenon. The bad conditions of working are invoked to justify the missing of familiar attending that shows up in the educational process, beyond their ability to notice the school as a positive element, capable to help on prevention of housing violence. The student who doesn't attend classes very often is considered as relapse with education, responsible for violent behavior with other students, teachers and employees. On group 2, is reinforced the idea of the drugs traffic, vandalize, along with death menace and, sometimes, with the own death. The school, for this group is taken as invasive. Folks from the Tutorial Counseling associate the violence to the adolescence and the religion abstention, because normally it helps teenagers figure out their bounds. We can notice that the male part of this group consider the violence as a characteristic from teenager's educational process, while the female part associate some difficulties to educate their kids to delinquency. Both groups, agree that teens are the biggest part of population vulnerable to violence, with concrete possibilities of being murdered due attending dangerous places, being exposed to all kinds of risky situations, just like murdering, shootings, death... beyond their own neighborhood, already judged as a suspect area. They either agree to dislike violence only when it comes along with death, especially if the action is made by a teen against his guardians or vice-versa. The other point they still have the same opinion about, is the aversion to sexual abuse against children and teens made by folks.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo será compreender as representações sociais de violência doméstica em famílias de adolescentes que concluíram a quarta série primária em uma escola pública da região norte, da cidade de Goiânia. Visará, ainda, conhecer as representações sociais de violência doméstica de famílias que foram denunciadas por violência doméstica no Conselho Tutelar da Região Norte da Cidade de Goiânia e comparar as representações sociais de violência doméstica entre os dois grupos.

Este estudo pretende contribuir para a construção do conhecimento acerca do fenômeno da violência, o qual atualmente funciona principalmente como dado numérico para avaliação de situação de risco.

Nas análises realizadas em relação às representações sociais de violência, pretende-se traçar um esboço das características peculiares das famílias com relação à violência, produzidos no contexto da sociedade goianiense.

Alguns estudos relacionados à violência nas sociedades associam a violência à pobreza. Para Velho (1996) a consideração apenas da pobreza de forma segregada, não é suficientemente forte para justificar a deterioração dos referenciais éticos que mantêm as interações entre pessoas e grupos. A evidência da pobreza torna-se maior nos grandes centros urbanos, em virtude da aceleração das injustiças sociais ocasionadas pela grande diferença dos modos de relações sociais.

O referido autor associa a violência à uma idéia de poder, quando prioriza a possibilidade de imposição de vontade de uma pessoa sobre a outra. O autor menciona que a própria noção de “outro”, o reconhecimento da diferença é a base da vida em sociedade, uma vez que esta se comprova mediante as dinâmicas sociais.

A diferença é a base da vida social e, portanto, fonte constante de tensão e conflito. Não se deve ater apenas ao estudo das diferenças, mas também compreender como é que tais peculiaridades interferem no mundo de cada indivíduo e quais são as formas utilizadas por cada um, para minorar os conflitos decorrentes da convivência social.

Segundo Velho (1996) existe na sociedade atual, a tendência de idealizar modelos culturais hipotéticos, ora primitivos, ora pastoris, que poderiam ser diferentes e contrapor os males e dilemas da sociedade moderna. O autor assegura que a construção de um sistema de reciprocidade, mediante o qual as partes de uma sociedade se intercambiam, sejam eles indivíduos ou grupos, é um fenômeno sócio-histórico. O contexto de vida sócio-cultural verifica-se em vários pontos, que se interagem com maior ou menor articulação.

O trabalho sobre as representações sociais de violência doméstica será dividido em três capítulos. No primeiro tópico do primeiro capítulo, analisar-se-á o fenômeno da violência, procurando conceituar e apontar as influências da violência no contexto social. No segundo tópico do primeiro capítulo, focalizar-se-á a violência estrutural, ressaltando a exclusão e refletindo sobre pobreza e violência. No terceiro tópico do primeiro capítulo abordar-se-á a questão da violência doméstica, descrevendo o conceito de violência doméstica, bem como as diversas manifestações, focalizando especialmente os maus tratos, negligência, abandono, abuso e violência física. Salientar-se-ão algumas questões acerca da situação de risco para os adolescentes.

No segundo capítulo, abordar-se-á a violência doméstica contra crianças e adolescentes e suas representações sociais. O primeiro tópico será destinado às considerações sobre a base teórica das representações sociais. O segundo tópico será destinado às análises das representações sociais de violência das famílias de uma escola pública da cidade de Goiânia e das famílias denunciadas no Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de

Goiânia. O terceiro tópico será destinado à comparação das representações dos dois grupos de famílias e a análise de fatores que são peculiares e distintos aos dois grupos.

Já no terceiro capítulo tratar-se-á a investigação empírica. O primeiro tópico será destinado ao método e o segundo tópico será destinado, à análise dos dados. O terceiro tópico será destinado aos resultados e à discussão. No primeiro nível será analisado o campo comum das representações sociais da violência doméstica contra crianças e adolescentes das famílias de adolescentes da escola pública e o campo comum das representações sociais da violência doméstica contra crianças e adolescentes das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da região norte da cidade de Goiânia. No segundo nível serão analisadas as diferenciações grupais - posição dos grupos em relação às representações sociais.

No quarto capítulo focalizar-se-á as considerações finais.

CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA, SOCIEDADE E FAMÍLIA

VIOLÊNCIA, SOCIEDADE E FAMÍLIA

1.1. A violência como fenômeno social

A situação atual do mundo espelha um aumento do índice de violência. A designação de um comportamento como violento reporta-se às normas, uma vez que a violência é entendida a partir de normas estabelecidas.

Da mesma maneira que existe uma diversidade de normas, regras e leis, existe também uma diversidade de violência.

No presente estudo, considera-se a violência segundo os estudos de Michaud (1989), que ressaltam:

A palavra violência vem do latim *violentia*, que significa caráter violento ou bravio, força. O verbo *violare* significa tratar, ofender com violência, profanar, transgredir. A violência encontra-se em uma situação de interação de tal modo que, um ou vários atores, agem, de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou várias pessoas, em graus variáveis, seja em sua inteireza física ou moral (p. 6).

Na sociedade brasileira, foram construídas barreiras culturais, morais, físicas, psicológicas e sociais, que contribuem para a exclusão de significativas parcelas da população, mormente a camada pobre, considerada desqualificada.

Sob essa visão, a violência expressa padrões de sociabilidade, modelos de comportamento vigentes em uma sociedade, em momentos específicos. A violência expressa as relações de uma sociedade, no que se refere às dimensões das classes, como também das pessoas.

No que concerne ao meio social, a ética pessoal e social, parece ter sido transformada, cedendo lugar a uma ética naturalista, em que se faz presente a crença na possibilidade de se ordenar universalmente as condutas geradas pelos homens, padronizando regras para o conjunto da sociedade.

Segundo Magagnin (1999), em estudos realizados com adolescentes, no Distrito Federal, existe a tendência por parte destes em banalizar a violência. Estes adolescentes admitem como violência, as ocasiões em que o ato de agressão resulta em morte. Para a referida autora, o comportamento de violência é próprio das pessoas, que, no ponto de vista pessoal, se julgam no direito de julgar e violentar. Tal ato vem carregado de aparente naturalidade, uma atuação racional, própria das pessoas que estão vivenciando situações de conflito e risco. O ambiente, o dia-a-dia, as situações que vão sendo desencadeadas, tudo parece ser justificativa para o ato violento. A violência está presente quando alguém, nas relações sociais, impõe suas opiniões sobre a outra pessoa causando-lhe prejuízos.

No presente estudo considera-se que :

A banalização entranha todo tecido social. Não há segmento que não seja atingido e afetado por ela: banalização de todos os valores, banalização da corrupção, banalização da violência e até banalização da própria vida. A morte hoje é algo banal. Mata-se impunemente. E reage-se de maneira banal. Com a banalização, as coisas importantes tornam-se banais. Perde-se o significado real de todas e de cada coisa (Adorno, 1993, p. 140).

A nossa sociedade incorpora a violência no cotidiano. A permissividade social referente à violência é presenciada pela acomodação as notícias de crimes, assaltos, seqüestros, os quais são ouvidos pela maioria das pessoas, que não aprofundam as reflexões

sobre a influência de tais comportamentos em suas próprias vidas. O processo de ver, presenciar e não dar a importância devida, se torna corriqueiro.

Outros estudos destacam transformações quanto ao enfoque sobre a violência. Dentre estes, Campos (2000) menciona que na sociedade evidencia-se uma mudança cultural em relação ao tema abordado. Para ele existe uma tendência a banalização da violência evidenciada por uma disposição cultural a considerar os fenômenos de violência explícita (atos agressivos) como sendo não somente frequentes, mas como “comuns”, “naturais”, “corriqueiros”, enfim “banais” (p.39).

Segundo Magagnin (1999) ocorre uma tendência dos adolescentes reconhecerem como violência, as situações em que ocorram a existência do ato agressivo, ou melhor a representação de violência correlacionada ao ato agressivo e especialmente ao ato agressivo que termina em morte. A violência expressa a não existência de um modelo democrático, tanto do ponto de vista familiar quanto nas relações sociais. Nas duas instituições, tanto na família quanto na sociedade, percebe-se a valorização de aspectos hierárquicos e de desigualdade entre os homens.

Nos seus estudos sobre a banalização, Dejours (2001) afirma:

...antes do problema da banalidade do mal, devemos colocar o da banalização isto é, do processo graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e o comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo em valor. Mas a banalização do mal, pressupões em sua origem a criação de condições específicas para obter o consentimento e a cooperação de todos nessas condutas e em sua valorização social (p.110).

Para esse autor, a banalização do mal inicia pela manipulação política da ameaça, da precarização e da exclusão social.

O autor prossegue e salienta:

Entendemos por banalização do mal não somente a atenuação da indignação contra a injustiça e o mal, mas além disso, o processo que desdramatiza o mal... e por outro lado mobiliza progressivamente um número crescente de pessoas a serviço da execução do mal, fazendo deles colaboradores (p.138).

Nos seus estudos, Lucinda, Nascimento e Candau (1999) ressaltam que a naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa, reforça a banalização da violência. Cada vez é mais freqüente, nos grandes centros urbanos, a cultura do medo, da insegurança e da competitividade, ocorrendo ainda nas relações interpessoais a representação do outro como inimigo, especialmente se este pertence a um grupo considerado diferente do ponto de vista sócio-cultural.

Estudos realizados pela Unesco, em parceria com o Instituto Airton Senna, no período entre 1979 a 1996, ao investigar a violência, levantaram alguns dados: ao analisar as mortes por acidentes de transportes, mortes por homicídio e outras formas de violência e suicídios, revelaram que mais de 24 mil jovens, entre 15 a 24 anos, morreram no Brasil em 1996. Das mortes ocorridas, 62,4% foram causadas por homicídios, 31,4% por acidentes de transporte e 6,2% por suicídio. Vários fatores devem ser considerados como delineadores dos destinos dos jovens, como: a pobreza, as crescentes dificuldades de inserção no mundo do trabalho, os problemas da escolarização e do preparo profissional, a falta de perspectivas, a expansão da delinquência e da droga, os diversos conflitos e violências raciais, étnicas e econômicas, a impunidade e a perda da confiança na efetividade do sistema jurídico e os

conflitos de democracia e dos partidos políticos (Wertheim, 2000).

Os meios de comunicação divulgam os fatos de forma a banalizar a violência, levando as pessoas a acreditarem que os gestos de violência são normais. Ressalta-se também a forma indiscriminada e descompromissada com que os meios de comunicação realizam a divulgação da violência, onde ocorrem fatos de violência migrando dos grandes centros urbanos para as comunidades mais delimitadas. Como resultado, tem-se que mesmo as pessoas que não habitam em locais considerados violentos, com o tempo, poderão concluir que a violência é normal, apenas vendo e ouvindo noticiários, manchetes, programas de TV, jornais.

Constata-se a necessidade de reavaliar os modelos que estão sendo difundidos na sociedade. Salienta-se a importância de que as pessoas que praticam atos violentos não sejam consideradas como modelos, uma vez que sem o respeito pela autoridade, valorizam-se bandidos, declina o respeito pela hierarquia institucionalizada representada pela autoridade policial e, como corolário, a sociedade poderá vir a sofrer consequências estruturais, como já acontece.

Na tentativa das pessoas conviverem com a violência ressalta-se as estratégias de defesa utilizadas para prevenção de situações de violência: fecham-se em muros cada vez maiores, cercam-se de seguranças, fecham os carros com vidros de segurança, blindam os carros que devem transportar objetos de valor, monitorizam os serviços que podem ser atrativos às tentativas de violência pessoal e aos produtos que estão sendo transportados, ou mesmo expostos, como artifício de *marketing*.

Nota-se ainda que a sociedade está procurando se readaptar visando se proteger dos comportamentos de violência. Em razão disso, os indivíduos evitam sair de casa, têm medo de abrir as portas e começam a ter comportamento de medo e pânico perante ruídos e atitudes estranhas e supostamente perigosas por parte de pessoas que não estão no cotidiano,

mas que poderão aparecer a qualquer momento. Procuram manter prudente distância de locais, comunidades e acontecimentos, em que haja possibilidade de ocorrer violência.

Outra pesquisa realizada em dez capitais brasileiras pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, revela que o brasileiro deixou de sair de casa à noite com medo da violência. Segundo a pesquisa, o medo leva muita gente a viver como se estivesse num campo de batalha (Oliveira & Cardoso, 2001).

Para esses autores, o brasileiro é um povo que adota estratégias para sobreviver. Nas vielas estreitas das grandes metrópoles, os habitantes seguem um código elaborado com base nos limites éticos necessários à convivência, a fim de não criarem problemas com os traficantes. O silêncio é uma das exigências que, segundo os autores, traduz a estratégia de sobrevivência.

Um dado significativo do estudo realizado pela UNESCO - Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura, 1988-1998, refere-se à posição que o Brasil ocupa no *ranking* de assassinatos (5º lugar numa lista de 38 países). O mapa apresentado mostra que a violência no país concentra-se nas capitais e incide entre jovens com idade entre 15 a 24 anos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 28%. Nas capitais brasileiras, o número de assassinatos cresceu 38,4%. Quando são comparados os índices de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos, o Brasil ocupa a terceira posição, ficando atrás apenas da Colômbia e da Venezuela.

Os autores anteriormente citados ressaltam ainda que na cidade do Recife, 41% dos habitantes tentam não esbarrar na violência. Como procedimento, mudam trajetos, evitam ir a lugares perigosos, evitam sair a sós ou mesmo sair de casa ao anoitecer. Constatam assim, que tais alterações nos hábitos cotidianos, influenciam bastante o exercício da cidadania.

1.2. Violência estrutural na sociedade brasileira

No presente estudo, entende-se que a violência estrutural manifesta-se pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência social, educação e saúde.

A violência estrutural é evidenciada pelo destaque na intervenção das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes que se valem de leis e instituições para conservar sua situação privilegiada, utilizando-se da naturalização.

Ao considerar a violência estrutural, atentar-se-á para as condições onde predominam a injustiça para parcelas mais desfavorecidas da população.

Para Oliveira (2002) a violência não é prerrogativa de uma raça, de uma classe, nem de gênero, nem de organização social, como por exemplo, as camadas sociais classificadas como “pobres”, os negros, o homem do campo, os moradores das periferias urbanas e assim por diante.

Segundo Velho (1996) não existe uma forma de violência, mas violências, que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares. Para esse autor faz-se necessário entender a natureza dessa prática e a motivação de sua efetividade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz no seu conteúdo, recomendações acerca dos direitos básicos de cidadania, tais como os civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Em seu artigo 7º, a declaração prevê que todos são iguais perante a Lei e têm direito, sem distinção, a igual proteção da Lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Como afirma Bobbio (1992) após essa declaração, passou-se a viver a era dos direitos.

No tocante à sociedade brasileira tradicional, Velho (1996) ressalta que a diferenciação e a exploração perdurava, mas nas relações sociais, ainda que com o predomínio

do patrão em relação ao empregado, ainda era possível distinguir um sistema de reciprocidade. No campo do trabalho, os indivíduos eram classificados como “bons patrões”, quando satisfizessem às expectativas de justiça. Em contraposição eram “maus patrões”, quando agissem como exploradores, sem limites, sem escrúpulos de justiça e proteção aos mais necessitados. Tal relacionamento ainda era permeado por lealdade e solidariedade. Em casos de situação de crise pessoal ou mesmo grupal tais valores poderiam ser facilmente evidenciados. A sociedade deve ser, portanto, alvo de avaliação no seu potencial de mudanças, especialmente com relação às situações de poder e conflito entre os atores sociais.

A mudança no sentido migratório, verificada no Brasil, no século XX, a partir de 1800, com a Revolução Industrial e econômica, influenciou na ocupação do espaço físico pelas famílias. O esvaziamento começa a ser freqüente no campo, origem da maioria das populações, em virtude de as famílias passarem a habitar o entorno das grandes cidades, aumentando, assim, o fluxo de pessoas que dependem de renda para subsidiarem seu sustento material. Conseqüentemente, este fator incentivou o crescimento de uma micro economia de sustento e subsistência e fomentou uma macro economia, em que as regras e leis são geradas desconsiderando esses aspectos. Esse contexto dificulta ao homem compreender a evolução das mudanças nas relações de trabalho.

O aumento da violência na sociedade brasileira, decorre do aumento da densidade demográfica, em algumas regiões; dos efeitos da micro e macro economia e do isolamento das pessoas em busca de proteção. Paralelamente a tais aspectos, a própria sociedade produz mais armamentos e se integra ao processo de globalização da economia.

As pessoas que estudam a geo-sociologia, a rapidez da informação e a execução de processos automatizados geram uma distância maior entre as pessoas, repercutindo no aumento do fenômeno da violência.

Segundo Nardini (2001), por direitos humanos deve-se compreender aqueles que os homens possuem por sua própria natureza humana, bem como o papel de dignidade que a ela é inerente. O autor pondera que não decorrem de uma concessão da sociedade política, constitui um dever da sociedade política, que deve ser garantido e consagrado.

Durante muito tempo, no Brasil, houve movimentos em defesa dos direitos humanos por parte das classes marginalizadas e pobres. Nas três últimas décadas essa luta pelos direitos humanos é o reflexo do movimento popular da classe média.

A violência contra as classes populares já existia antes de 1964, como reflexo de uma tradição de escravatura. A violência física era pública sob a forma de açoites feitos contra os escravos que infringiam as leis da época. Posterior à implantação da Lei Áurea, que libertava os escravos, houve alterações na sociedade, que deixaram uma grande massa de ex-escravos, sem a mínima perspectiva, abandonados à própria sorte (Nardini, 2001).

A luta pelos direitos humanos no Brasil foi ampliando a pauta de reivindicações para além da luta a favor dos presos, passando a defender também melhores condições de salubridade, habitabilidade e educação dos habitantes da periferia.

A partir do Golpe de 1964, a visão acerca dos direitos humanos sofreu alterações. Em meados de 1979 houve uma busca de conquista aos direitos de cidadania e política. As organizações se mobilizaram nesse sentido, juntamente com a classe média e a dos trabalhadores. Os assassinatos e torturas ocorridos na época, serviram de alerta para a necessidade de repensar sobre as situações de violência que vinham ocorrendo na sociedade.

Promulgada a Constituição de 1988, consolidado o regime democrático, a luta pelos direitos humanos passou a ser a luta pela efetiva implementação dos direitos adquiridos graças à nova Carta. A partir daí se consolidaram os direitos democráticos e surgiram leis mais importantes em defesa do cidadão. O conteúdo da luta pelos direitos humanos continua

em favor dos presos e pela inserção das classes menos favorecidas nos serviços essenciais como moradia, educação e os direitos da criança e adolescente.

Ofugi e Cruz (2001), trazem algumas considerações do ponto de vista da violência estrutural:

Estamos dando os primeiros passos no terceiro milênio. A sociedade progrediu muito, mas em certos aspectos parece estar na época medieval... A violência aumentou muito nos últimos anos... a crise da economia e aos altos índices de desemprego. A concentração de riqueza nas mãos de alguns, cria um abismo....isto tudo, aliado à revolta e à falta de educação moral, tornam o tráfico de drogas, o seqüestro e os assaltos, formas atraentes de se obter da sociedade o mínimo de dignidade negada pela classe dominante (p. 285).

Para esses autores embora haja o amplo debate sobre o tema, verifica-se a abordagem ineficaz, uma vez que o foco da preocupação é direcionado para a violência associada à criminalidade evidente nas ruas. As pessoas têm propostas de soluções paliativas que combatem apenas os efeitos do problema e não suas verdadeiras causas. Os autores ressaltam ainda que as pessoas não nascem violentas. O impulso da agressividade é o que é inerente à natureza humana. Salientam que a violência deveria ser tida como inaceitável, em razão de ser aprendida nos processos sociais entre indivíduos, instituições e sociedades.

Os vários níveis de legitimação da violência física são referenciados em estudos realizados por Velho (1996) onde o autor ressalta que esta é correlacionada com formas de dominação, legitimadas de variadas maneiras na reprodução social, na mudança e na ruptura. O autor alonga-se para sustentar que uma das questões básicas para se entender o aumento da violência é, não apenas o desnivelamento nas sociedades, mas também o fato de este ocorrer

em paralelo a um aniquilamento dos conteúdos culturais, especialmente os éticos, nas trocas sociais.

Para o referido autor, para que o sujeito “exista” e tenha reconhecimento social, é preciso que ele esteja ligado à violência, seja como sujeito ou como vítima. Vale dizer que de uma forma ou de outra, os seres humanos se interligam em uma rede de comportamentos que ou são geradores ou resultados de ações de violência.

Já para Oliveira e Cardoso (2001) a sociedade brasileira atual, vem sentindo os reflexos ligados ao surgimento e proliferação da violência. Na zona rural e urbana, a violência tem repercutido em todos os setores e camadas da sociedade. Se anteriormente se dizia da ocorrência de violência apenas nos bairros mais pobres, hoje, não se pode afirmar o mesmo. O foco da violência antes mais freqüente nos bairros mais carentes sofreu alterações e hoje está presente nas ruas e casas da classe média e alta, atingindo uma proporção significativa. Para esses autores, pobres e ricos estão de tal forma unidos perante o fenômeno da violência, que se misturam diante do medo, fato corriqueiro das relações sociais urbanas.

Nas sociedades modernas, o vínculo é mais dificultado, em função das atribuições e funções de cada familiar. A vida social urbana, longe de favorecer a integração entre as gerações, parece incentivar a repartição dos membros em atividades múltiplas e diferenciadas, em que cada um tem que procurar se impor perante o outro, tentando delimitar seu próprio espaço.

Em estudos sobre pobreza, Almeida, Campos e Ribeiro (2000) ressaltam que as relações entre pobreza e violência, podem ser analisadas segundo alguns critérios: a deterioração das condições de vida (pobreza acentuada ou extrema) pode levar à deterioração da qualidade das relações interpessoais e, conseqüentemente, levar ao abuso ou à negligência.

Os autores salientam ainda que:

... esta relação de causalidade entre pobreza e violência não é automática, nem mecânica; o que não se sabe é, sob quais condições específicas, a pobreza, com a gradual deterioração das condições de vida, pode chegar a causar a violência contra crianças e adolescentes (p. 7).

Esses autores ressaltam que não se sabe a razão por que, famílias vivendo situações de precariedade, ainda mantêm seus vínculos interpessoais, conseguindo sustentar um ambiente que não é propiciador de violência sobre os indivíduos tidos como menos capazes de autonomia: crianças, idosos e deficientes. Salientam que nos estudos realizados com crianças e adolescentes, a pobreza e a indigência, aparecem como fatores que influenciam na possibilidade da ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes, pela situação de exclusão a que essa “clientela” se sujeita. Referem-se ainda à relação que existe entre a necessidade de sobrevivência e a pressão exercida pela família para que a criança e o adolescente auxiliem na composição da renda familiar. Tal exigência pode vir a provocar a ruptura do vínculo familiar e conseqüentemente a saída da proteção do ambiente doméstico em busca de emprego, habitação, mudança e divisão do trabalho.

Já Lord e Thibaut (1995) citado por Almeida, Campos e Ribeiro (2000), relatam sobre a violência no Canadá, onde especificam correlações mais altas entre negligência e indicadores do *status* sócio-econômico, do que entre negligência e violência. Eles concluíram que as situações em que estão presentes a negligência grave e o abuso físico ocorriam com mais freqüência nas famílias de baixa renda, do que em outras. Com relação ao abuso sexual foi identificado em todas as classes sociais de forma indistinta.

Para Demo (1996), segundo o que se apurou nos estudos sobre pobreza, deve-se avaliar a pobreza do ponto de vista material e do ponto de vista político. Para o autor, as formas de pobreza, “não ser” e “não ter” caminham juntas, sem necessariamente uma

determinar a outra. O autor menciona que algumas pessoas têm muito do ponto de vista material, mas não possuem o status, ou seja, não são consideradas importantes no grupo ao qual pertencem. Outras pessoas nada possuem economicamente e são bastante valorizadas, isto é a sua opinião é valiosa e possuem certa ascendência sobre o grupo ao qual pertencem.

Pelo que se depreende de alguns trabalhos analisados, a questão da pobreza vincula-se à questão da política.

A política, para Bueno (1996) refere-se ao plano de ação, a maneira hábil de agir. É a ciência de governo dos povos.

Segundo Pereira (1996) para uma análise mais global sobre o aumento da pobreza, deve-se considerar a decisiva influência das políticas inadequadas. Para ele, a política serve como referência para justificar a violência estrutural, na medida em que a população não tem acesso às políticas básicas de proteção social, ocorrendo a tendência ao acentuamento dos níveis de pobreza.

Já para Rosanvallon (1997) a pobreza deve ser tratada, tomando como base o referencial político e ser encarada como resultado da estrutura de historicidade, contextualização e formas de organização de grupos sociais. Para o autor, a pobreza não ocorre baseada apenas em situações de contingente mínimo, ou máximo populacional, em uma ou outra região específica.

Estudos a respeito dos diversos tipos de violência estrutural foram realizados por Zaluar (1996) e neles a autora ressalta que, em nome do capitalismo, vai-se perdendo a rede de reciprocidade, identificando o desejo da imortalidade e a ausência de contatos humanos, sob a ótica de que o que deve prevalecer é o dinheiro, o capital.

Para a referida autora, a pessoa fica totalmente ligada aos valores do mercado, do capitalismo, podendo chegar a esquecer a criação da cultura e do vínculo interpessoal. Caso ela consiga obter essa satisfação, estaria completada a sua vontade.

Tal realidade mostra de forma concreta a ausência de contatos sociais, das redes de reciprocidade citadas por Velho (1996) e reforçadas por Zaluar (1996), as quais são fundamentais para a vida em sociedade.

Zaluar (1996) refere-se à pobreza ressaltando que “continuar a afirmar que a pobreza explica a violência criminal, significa também reforçar a opção preferencial que a polícia e a Justiça Brasileira fizeram há séculos” (p. 55). A autora reforça seus argumentos afirmando que a violência, no Brasil, deve ser analisada não apenas como efeito geológico das camadas culturais da violência costumeira do Brasil, como também no panorama do crime organizado internacionalmente, o que traz consigo características econômicas, políticas e culturais específicas, e mantém a característica comum do velho capitalismo, da busca desenfreada pelo lucro a qualquer preço.

A diminuição da violência está vinculada à percepção ampla da situação social onde ocorrem os fenômenos de violência. As pesquisas avançam na compreensão desse fenômeno, ainda que superficialmente e, freqüentemente, mantêm-se com enfoque regional e local.

Nesse estudo, considerar-se-á a exclusão descrita por Campos (2000) onde o autor menciona que “a exclusão social, é uma forma atualizada de marginalização social, característica das sociedades modernas” (p. 801).

A exclusão faz parte de um fenômeno multidimensional, que consolida a união de várias desvantagens. Tais desvantagens impedem a pessoa excluída de participar da sociedade e a eximem de ser reconhecida como sujeito de direitos.

A exclusão aqui referenciada focaliza os fatores políticos, sociais e simbólicos. A análise “*sub oculis*” questiona os direitos “Constitucionais”, como o Estatuto da Criança e Adolescente, o qual serve de base para implantação de benefícios e regalias sociais, como alimentação, educação, moradia, saúde e bem-estar de modo geral. Grande parte da população

não tem garantias desses direitos que são distribuídos de maneira diferenciada, sob forte influência de interesses econômicos, políticos ou mesmo de parcerias entre instituições e alianças políticas que produzem uma sociedade de excluídos dos direitos sociais.

No Brasil as desigualdades são marcantes, especialmente em algumas regiões, onde a miséria predomina. Observa-se que grande parcela da população brasileira vive em zonas inférteis, acossadas pela miséria econômica, o que repercute na dificuldade de acesso ao lazer, à educação e à saúde. Vários documentários e campanhas têm sido realizados, demonstrando a desigualdade social que permeia as cidades, as pessoas, a educação, a alimentação. Constata-se ainda uma vez, o nível de dificuldade de o Estado brasileiro proteger e assegurar a sobrevivência das crianças e adolescentes.

Ao caracterizar a sociedade, Velho (1996) ressalta que a mesma não é constituída por um processo a que ele chama de homogêneo (em que a sociedade como unidade, circunscreve e produz os atores linearmente), mas sim em um outro processo, em que a negociação da realidade, a partir das diferenças, é consequência do sistema de trocas sociais, sempre heterogêneos e com potencial de conflito. A violência estrutural é gerada pela omissão do Estado quanto aos seus deveres sociais, expondo os cidadãos a atos perigosos.

Segundo Oliveira e Cardoso (2001) a análise da dinâmica social do cotidiano remete à constituição de uma nova ordem mundial com suas contradições e seus conflitos. A crise do capitalismo e a reestruturação capitalista mundial, inserida no processo de globalização ou mundialização, evidenciam um crescimento econômico conseguido às custas da recessão, subemprego, desemprego e exclusão. A sociedade brasileira constitui exemplo dos mais perversos de distribuição de renda: em 1990, os 20% mais pobres ficaram com apenas 2,3% da renda nacional. Já os 20% mais ricos detinham 62,9% da renda, representando uma fatia 27,3% maior. Assim, a exclusão tem sido parte integrante do processo estrutural de constituição da sociedade brasileira (p. 270).

Já para Sawaia (1999) a exclusão que é alvo de políticos e de debates sociais, é um fenômeno social, econômico e institucional. Para a referida autora, os questionamentos sobre exclusão, ocorrem desde o período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando se tornou evidente a ascensão do fascismo, as execuções nazistas na Europa e o aumento das defesas contra a imigração e os conflitos de raças nos Estados Unidos. A facilidade para causar danos de toda natureza a uma outra pessoa encontra justificativa no senso comum, essencialmente naquelas relacionadas à explicação a respeito das causas e à atribuição de responsabilidade nas ocasiões em que o indivíduo se encontra vitimizado.

Para a autora mencionada anteriormente, nos meios sociais - onde prevalecem valores e crenças que incentivam a depreciação das pessoas (vítimas), simplesmente porque já são vítimas de maus tratos e exploração - pode tornar-se problemático assumir uma postura antagonica, principalmente por receio de não ser entendido pelo grupo a que esteja vinculado.

Segundo Martins (1997) deve-se focalizar o conceito de “exclusão”, desmistificando a palavra pobre. Nesse sentido, o autor releva juntamente com a pobreza, os aspectos da desigualdade e da exploração, atributos que eram tratados apenas como pobreza econômica. Os trabalhos desse autor, sobre exclusão, delineiam novas perspectivas. Para ele, não existe exclusão, existe contradição. As pessoas são vítimas de processos econômicos, sociais, políticos e excludentes.

Vale considerar que a dimensão tomada por Martins (1997) abre as portas para uma melhor compreensão da exclusão, associada ao movimento de luta e resistência que a população carente vem demonstrando no bojo da sua história, delatando e denunciando as atrocidades de que tem sido vítimas.

Já Almeida, Campos e Ribeiro (2000) reforçam o fato de “existir formas precárias, instáveis e marginais de inclusão, o fato de se usar mecanicamente a noção de

pobreza como fenômeno político termina por ofuscar as contradições existentes na sociedade” (p. 11).

Assim, os autores anteriormente citados, entendem que as populações vitimadas pela exclusão, são vistas como se estivessem à parte da esfera social. Quando observadas no seu movimento cotidiano realizam um movimento interno, a que eles denominam de resistência, o qual age e interfere no ciclo cotidiano. A resistência é vista como se fosse uma reação ao que se pretende impor e às culturas excluídas. Tal movimento é bastante marcante no que se refere à cultura das crianças que se encontram em situação de miséria e abandono.

Verifica-se que o fenômeno da exclusão necessita ser avaliado e visto sob uma nova ótica, que permita compreender o que esse imenso contingente de pessoas “excluídas” oferece em termos de propostas viáveis ligadas ao equilíbrio, controle e adequação a normas e sistemas de atendimento social. Abrem-se possibilidades de avaliar até que ponto a permanência nessa forma, caótica e desestruturada de atendimento e enquadramento dos indivíduos, colabora na manutenção de uma cultura de exclusão, que estimula essas pessoas a encararem o protecionismo e o assistencialismo como algo salutar e desejável.

Segundo Velho a partir de um momento específico, assim como na divisão do trabalho, as diferenças geram diferenças, num processo contínuo e especializado. O autor afirma que existem diferenças ligadas à produção de tensão e conflito, sendo que uma delas é a desigualdade social. Ao mencionar a desigualdade social referimo-nos aqui à diversificação e às diferenças sociais existentes na sociedade.

Quanto à legitimação da desigualdade social, o autor ressalta que existe realmente a possibilidade de legitimação, uma vez que esta se encontra ideologicamente ligada à existência de universos simbólicos mais ou menos abrangentes.

A ideologia abrange o sistema de idéias, convicções religiosas e políticas. As sociedades complexas apresentam um universo ideológico, ou seja, teorizador, formador de opiniões, diferenciado, diversificado, repercutindo no aparecimento de culturas variadas.

Para Ferreira (1993) citado por Cardoso (1998), na sociedade contemporânea, a idéia de direitos iguais, direito natural, igualdade perante a lei, independente de outros poderes, possibilita ao indivíduo o acesso a um novo tipo de garantia de direitos. Essa alteração na área do direito social traz à tona a possibilidade de que a criança e o adolescente tenham a convivência social em um contexto marcado por transformações sociais, com interferência positiva em sua qualidade de vida e, conseqüentemente, de relacionamento interpessoal e familiar.

Para o referido autor, a suposta igualdade, determina o estabelecimento de uma nova ordem de valores (o homem passa a ser considerado no seu aspecto moral). Os direitos e deveres são, assim, apregoados pela lei, e mantidos por entidade jurídica. Tal entidade deve, por sua vez, cuidar da ordem social, garantir a liberdade entre os homens, proteger a propriedade. Nessa visão, constrói-se um espaço público, onde se devem conciliar os interesses, metas e ideais, de todos os indivíduos, na tentativa de adequar tais idéias ao interesse geral do grupo social e da sociedade. Esperava-se que, a partir de então, todos tendo direitos e deveres iguais perante a lei, pudessem também ter oportunidades de igual desenvolvimento.

O que se observa no contexto social das sociedades contemporâneas, todavia, é a existência de características diferentes do planejado e esperado. Paralelo a esse conjunto de leis que foram instituídas continua a aumentar o número de pessoas que, ao se amontoarem ao redor das grandes metrópoles, formam grandes bolsões de miséria. Com a aglomeração da população nas periferias, ampliou-se o percentual de crianças e adolescentes vítimas da

pobreza e precariedade em todos os aspectos: cidadania, alimentação, renda material, estudos, lazer e proteção.

No contexto da sociedade contemporânea, a condição social das pessoas é definida como se todos os indivíduos tivessem a chance de serem tratados por igual. O que ocorre, verdadeiramente, no dia-a-dia da população, difere dessa realidade. Observa-se uma cultura de excluídos, vítimas da maioria das violências. Em virtude de viverem em um contexto tido como violento, sofrem a interferência e a pressão do meio circundante e passam a viver em situação de risco (Ferreira,1993 citado por Cardoso,1998).

Segundo Cardia e Schiffer (2002) estudos realizados em áreas de risco, em São Paulo, demonstram que existe flagrante associação entre pobreza e violência. Ficou evidenciada que existe em São Paulo, uma taxa de 66,89 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes. Os homicídios se distribuem de forma desigual e o risco de ser vítima é em certas localidades em que determinadas carências são mais frequentes. Ao realizarem a comparação entre os dados de 1999 e 2002 - correlacionando os dados relativos à base territorial e a divisão da cidade no tocante a distritos censitários - constatou-se que os homicídios continuam a acontecer nas periferias das cidades, mormente nas de grande e médio porte.

Para as autoras, o medo e a sensação de falta de civilização bem como a falta de respeito entre as pessoas, constituem obstáculos ao diálogo. Um ponto que foi ressaltado nas pesquisas é que apesar de os conflitos serem frequentes e devidos ao adensamento populacional e às carências, não parece estar ocorrendo um processo de alienação. Ressalta-se que, mesmo em situações em que prevalecem as desigualdades no tocante à captação de recursos, a convivência entre os vizinhos é mais aprofundada em matéria de cooperação, do que em outros locais da cidade. Os dados evidenciam que a desigualdade no que tange ao acesso aos direitos inalienáveis alimenta a violência. Destacam ainda que, os poucos

elementos de defesa contra a violência, advém da própria coletividade que, a despeito das condições muito adversas, em que a incivilidade e o desrespeito mútuo prospera, resiste e mantém no dia-a-dia relações mais próximas e de mais cooperação, que no restante da cidade.

Um ponto importante salientado por esses estudos, é que a continuidade da carência e dos poucos acessos a direitos parece advir, muito mais da capacidade de resposta do poder público, do que propriamente da possibilidade ou disposição dos habitantes de agir coletivamente.

Em alguns casos, pode ocorrer de os grupos sociais transferirem a instituições e ou a órgãos extra familiares a chance de implementação de sua situação social, outorgando, especialmente ao Estado, a responsabilidade de manutenção da ordem que foi alterada. A perspectiva de melhora no nível de cidadania, na situação de dificuldades, é conferida aos poderes constituídos do Estado. As autoras acima citadas, alegam que, mesmo à custa de terem realizado estudos nos quais se comprova que há uma relação entre as carências financeiras e a presença de violência, e tendo divulgado tais resultados, pouco foi feito pelas autoridades com o intuito de minimizar a violência.

1.3. Violência doméstica

A violência no presente estudo foi entendida como um conjunto de predisposições invisíveis ou evidentes que permeiam as relações entre as pessoas, estabelecendo formas de convivência e aprendizado.

Para Adorno e Horkheimer (1978) a própria humanidade não possui um grau de autonomia. Salientam que a família precisa exercer a sua função protetora e mantenedora de padrões institucionais, uma vez que os indivíduos estão à mercê de uma sociedade que provoca a pressão social.

Segundo Sousa (2001) vários estudos foram realizados a respeito da violência. O primeiro estudo referente à violência física de pais contra filhos, é datada de 1860 e foi publicado na França pelo médico e professor Ambroise Tardieu. O trabalho foi intitulado “Études médico-legale sur les services et mauvais traitements exercés sur des enfants” e apresentou 32 casos de crianças submetidas à violência.

Essa autora menciona estudos de Kempe e Silverman(1962), nos Estados Unidos, que abordaram as crianças espancadas.

Segundo o Ministério da Saúde (1997) a violência doméstica é uma violência interpessoal e subjetiva, é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis, é uma forma de violação dos direitos essenciais dos adolescentes e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais: como a vida, a liberdade e a segurança. A violência doméstica é tida como o emprego da força física contra o adolescente, não acidental e sim intencional, causando-lhe diversos tipos de ferimentos, sendo realizada no ambiente familiar pelo pai ou padrasto, mãe ou madrasta ou outro familiar.

Nos estudos feitos por Magagnin (1999) sobre a representação social da violência na visão dos adolescentes, a autora ressalta que a violência na família é gerada por um certo tipo de relações sociais, marcadas pelo princípio da autoridade e dialeticamente geradora de relação social da mesma natureza. É uma forma de relação social, vinculada ao modo pelo qual as pessoas produzem e reproduzem suas condições sociais de existência.

Segundo Azevedo e Guerra (1993) a família é o lugar onde se forma a estrutura psíquica, uma vez que constitui um espaço social distinto, uma vez que gera e consubstancia hierarquias de idade e de sexo, é onde as gerações se confrontam entre si e definem as diferenças e relações de poder.

A violência doméstica reflete um fenômeno da violência em geral, ou seja, um fenômeno das comunidades que são violentas.

Segundo Guerra (1985):

A violência doméstica é tida como a utilização da força física contra a criança e adolescente, sendo que esta não foi acidental e sim intencional, provocando-lhe diversos tipos de ferimentos e é realizada por pai ou padrasto, mãe ou madrasta (p. 16).

A referida autora destaca o conceito de violência e o faz atentando para uma compreensão no tocante ao campo das relações sociais. Ao ressaltar a violência física, dá mais destaque ao fenômeno e salienta que o fato da criança ter sido agredida e ferida, já se considera como violência, independente do grau da lesão a que tenha sido submetida. Ainda especifica que os autores dos atos de violência, no caso, são os pais, padrastos, mães e madrastas.

Sob essa visão, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em momentos específicos. A violência expressa as relações sociais, não apenas na dimensão das classes, mas também das pessoas. No caso da violência na família, em especial na praticada contra crianças e adolescentes, prevalece o autoritarismo, o fato de a criança e o adolescente serem vistos como “coisas” e não como pessoas, ausentes de vontades e desrespeitados em uma necessidade fundamental: o direito à vida com dignidade.

Segundo Ballone e Ortolani (2002) a violência doméstica atinge milhares de crianças, adolescentes e mulheres. É um problema que não costuma obedecer a um nível sócio-cultural específico. Sua importância é relevante sob dois aspectos: primeiro, devido ao sofrimento a que suas vítimas são expostas, muitas vezes silenciosas; em segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica - incluindo aí a negligência precoce e o abuso sexual - podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

O abuso doméstico toma múltiplas formas: como o abuso físico, abuso emocional/verbal, abuso sexual, isolamento social e destruição de animais domésticos.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 05 e 19 anos. A maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. O UNICEF (*United Nations Children's Fund*) estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

As vítimas da violência são provenientes de todos os setores da vida, de todas as classes sociais, de todas as idades e de qualquer religião. Trazem consigo sentimentos de impotência, isolamento, culpa, temor e vingança. Há no pensamento das vítimas, o medo de que a violência ocorra novamente.

A violência tem sido estudada por vários pesquisadores.

Consideraremos nesse estudo a violência contra crianças e adolescentes como a referenciada por Rodrigues e Carvalho (1998). Os autores ressaltam que essa forma de violência é expressa sob diferentes facetas, englobando a não satisfação de necessidades essenciais, a que eles intitulam de violência social; a não implantação prática das disposições legais que asseguram os direitos fundamentais a que eles intitulam de violência legal; a violência psicológica; a violência sexual; a violência física e a negligência. Esse tipo de violência é identificada em todas as classes, grupos ou segmentos sociais.

Considera-se violência doméstica o emprego de força física ou violência psicológica, intimidação ou perseguição contra uma pessoa por parte do cônjuge, ex-cônjuge, uma pessoa com quem mora ou tenha morado, com quem sustenta ou tenha sustentado uma relação cotidiana ou com uma pessoa com quem se tenha tido filhos; ou por pais, padrastos ou madrastas.

Nos estudos anteriores sobre violência, maus tratos eram definidos como agressão eminentemente física. Segundo Campos (2000) os aspectos emocionais e sociais passaram a ser considerados como manifestações de violência. Em estudos posteriores, Almeida, Campos e Ribeiro (2001) trazem à tona, a análise de outros aspectos ligados aos maus tratos: os maus tratos emocionais e os maus tratos sociais. Segundo esses autores, “os maus tratos emocionais provocam danos psicológicos e são também prejudiciais, assim como os maus tratos físicos. Os maus tratos podem ser caracterizados por... comportamentos passivos e ou de omissão, que... podem influenciar no desenvolvimento da criança” (p. 565).

Tal tipo de violência, moral e psicológica, a que têm sido submetidos os adolescentes, vem tendo um aumento crescente e traz consigo reflexos de mudanças de atitudes dos responsáveis pelos processos de educação.

Deve-se observar as situações específicas de maus tratos que, segundo dados de pesquisas atuais, estão mais presentes na família (abandono, negligência e violência física).

Nesse estudo considera-se que o mau trato social é caracterizado por atitudes passivas ou de omissão, que podem interferir no desenvolvimento da criança e adolescente (Imach, 1999).

Entende-se que a negligência pode ser conceituada por dificuldades vividas pela criança, vinculada às condutas, atitudes dos pais ou adultos responsáveis, que possam ameaçar o desenvolvimento destas mesmas crianças. A negligência pode ser física ou afetiva.

Já para Bouchard (1992) existem diferentes formas de negligência: afetiva, alimentar, de cuidados, de saúde, de acolhida e de estimulação.

No presente estudo entende-se por abandono a ausência temporária dos pais, expondo o adolescente à situação de risco, e por abandono total, o afastamento do grupo familiar, ficando os adolescentes expostos a várias formas de perigo.

Os estudos de Ballone e Ortolani (2002) evidenciam um aspecto da violência bastante freqüente na educação de crianças e adolescentes: a omissão, que em algumas ocasiões, aparece associada ao fenômeno da negligência e abuso.

Considera-se nesse estudo a omissão como o ato de não conhecer, não se inteirar, não participar do processo de demanda das necessidades internas, de conteúdos inerentes à vida afetiva do adolescente. Tais situações podem se referir a momentos de decisão, diálogo acerca dos fatores profissionais, vocacionais, estudantis e amorosos, sociais e psicológicos, segurança e proteção. A omissão emerge como assunto de interesse dos estudiosos contemporâneos, após uma fase em que foram delegados aos agentes sócio-educativos a instrução e o cuidado de crianças e adolescentes.

Para Assis (1997) deve-se atentar para o estudo da violência psicológica, que se manifesta quando não se reconhece o valor da criança e ou adolescente e a legitimidade de suas, necessidades, visando isolá-los, afastá-los de experiências sociais normais à sua idade, impedindo-os de ter amigos e fazendo-as crer que está só no mundo; aterrorizá-los através de agressões verbais, instaurando um clima de medo, atemorizando-os, fazendo-os crer que o mundo é hostil.

Segundo a referida autora a violência pode ser constatada na educação de crianças e adolescentes, quando estes não são estimuladas em relação ao seu crescimento emocional e intelectual, ou quando cria-se expectativas irreais ou exigências extremadas sobre o seu rendimento escolar intelectual e esportivo, interfere-se negativamente, induzindo-os a uma auto-imagem negativa e ao fraco desempenho, ou estimulando-os a desenvolver um padrão de comportamento destrutivo.

Já para Marques (1994, p. 13):

O abuso físico é uma forma de ação única ou repetida, não acidental (ou intencional) realizada por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou adolescente), que provoque dano físico à criança ou adolescente. O dano provocado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas, como a morte.

Para ser considerado abuso, a ação pode ter sido efetuada uma ou mais vezes. Os agressores mencionam o número de vezes que realizaram o ato, na tentativa de diminuir a intensidade do ato, como também o caráter de intencionalidade e ou acidente.

Para Souza (2001) a dúvida entre uma situação acidental e uma situação de violência concreta é freqüente. A autora ressalta a necessidade de avaliar o comportamento de todas as pessoas que convivem com a criança, no sentido de apurar a origem dos danos, assim como o procedimento realizado pelos agressores. Menciona, ainda, que, mesmo outras crianças e adolescentes, mais velhos que a vítima, devem ser observados e entrevistados, quando na constatação do ato agressor.

Para ela, se faz importante tal entrevista, uma vez que em algumas circunstâncias, os filhos mais velhos ocupam o lugar dos pais e na implementação de disciplina aos irmãos mais novos, encontram na violência física uma forma de serem obedecidos.

Para essa autora, não é a profundidade do dano que definirá a violência física. Se existe dano, existe violência física. Ressalta, ainda, que os parentes, inclusive legítimos, mesmo idosos, devem ser incluídos para uma averiguação mais profunda dos hábitos, condicionamentos e regras a que eles submetem a criança.

Outra forma de violência é o abuso sexual que ocorre quando há uma relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente.

Estas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças e adolescentes por meio de violência física, ameaças ou induções de sua vontade. Engloba, ainda, as situações de exploração sexual visando lucros, como por exemplo a exercida por pessoas adultas que fazem sexo com crianças e adolescentes com o fim de oferecer lucros financeiros a eles ou outro tipo de ganho material.

Pode-se destacar, ainda, outra forma de abuso que é a utilização da mão-de-obra infantil, ou seja, a utilização da força de trabalho infantil como trabalho produtivo, no lugar da educação para o trabalho, uma vez que as crianças e adolescentes estão em fase de aprendizado.

Segundo Faleiros (1987) trata-se de um tipo de superexploração do trabalhador, uma vez que estes ainda não estão em condições de reagir, organizar-se e reivindicar seus direitos.

Outra forma de violência, citada por Azevedo e Guerra (1993) é a denominada de infância fracassada, em que é incluída a clientela vítima de exclusão escolar, ocasionada pela dificuldade do acesso à escola, pela repetência escolar, ou mesmo pela evasão escolar.

Para essas autoras, encontra-se no Brasil a infância pobre, explorada, torturada, fracassada e vitimizada. Para elas, toda violência é social. A infância pobre são os filhos da violência que denominam de social, reportando-se a um sentido mais amplo. Quando mencionam a amplitude do fenômeno da violência, fazem-no especificando que os diversos tipos de violência atingem preferencialmente alguns segmentos da população - os mais desprotegidos.

Azevedo e Guerra (1993) destacam também a infância vitimizada, caracterizada como o universo de crianças vítimas da violência praticada no ambiente doméstico. Enquadram-se aqui a negligência, o abuso sexual, os maus tratos físicos e a violência psicológica.

Para Saffioti (1988) a negligência no cuidado de crianças, assim como os maus tratos a elas infligidos e a exploração sexual que a elas é imposta, consagram-se como fenômenos marcantes, que os adultos tentam camuflar. A autora afirma que isso se deve ao fato de que os possíveis abusadores e agressores, à medida que são descobertos, correm o risco de serem advertidos criminalmente, sem contar que a descoberta do abusador e agressor poderia contribuir para o desmoronamento de instituições, cuja enorme força é proveniente, no caso da família, do seu caráter sagrado. Com efeito, a instituição familiar tem sido vista de forma sacralizada e as pessoas que porventura se esforçam para esclarecer, apontar as dificuldades e defeitos existentes nesta instituição, são estigmatizadas.

O pacto do silêncio diante da vitimização de crianças e adolescentes é abordado por Saffioti (1988) que se refere a este comportamento, como sendo decorrente da preservação que os adultos têm com relação ao possível comprometimento da imagem do adulto que a criança vitimizada virá a ser. Denunciar os maus tratos e ou abusos na família podem, segundo ela, condicionar negativamente as chances dessa criança ou adolescente formar uma nova “sagrada” família. A autora ressalta que, ainda hoje, o único local definido como legítimo para o exercício da sexualidade legítima, com o fim de concepção da prole legítima, é a família. A vitimização tem sido, no decorrer dos tempos, delegada à sociedade. Como a sociedade é uma entidade abstrata, o mal estar, decorrente da vitimização de crianças e adolescentes, é sentido pelos cidadãos brasileiros com menor intensidade.

A referida autora ressalta ainda que as denominações relativas à sociedade foram referentes às instituições abstratas, nas quais não há como se reconhecer os responsáveis diretos pelas ações.

Para Lizo (1986) a criança torna-se alvo de agressividade dos adultos (que dela cuidam) por ser um alvo frágil, que, segundo ele, não tem agilidade física para revidar a agressão recebida por parte dos adultos. Para esse autor, a negligência é caracterizada pela

falta de interesse ou de cuidado dos responsáveis pelos filhos. Uma vez que é um tipo de violência na qual predomina a atitude passiva e não a ativa - como nos casos de violência física - é freqüente passar despercebida perante os olhos dos outros.

O referido autor ressalta que a violência se dilui no cotidiano da criança e assume uma proporção tal que por mais que se atente para o fato, tem-se a impressão de que nada está em desacordo com o básico necessário à criança, camuflando situações de vulnerabilidade e dificuldade de sustentação no equilíbrio diário. Para o autor, a negligência pode se constituir com o decorrer do tempo em abandono podendo contribuir por instalar marcas definitivas no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Na compreensão dos fenômenos da violência, Saffioti (1988) ressalta que se deve atentar para a síndrome do pequeno poder. Para a autora, a vitimização constitui fenômeno extremamente disseminado, exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder sem deixar de aspirar ao grande poder. Em não se contentando com a sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar.

Esta síndrome ocorre nas situações em que as crianças e adolescentes são humilhados, feridos, espezinhados no que tem de mais profundo, algo que é importante especialmente nessa fase de desenvolvimento: a auto-estima. Tal gesto é na maioria das vezes, realizado por pais, parentes e cuidadores, os quais estão no mundo cotidiano mais próximo das crianças e adolescentes e participam da convivência de coisas triviais, mas muito significativas. Muitas vezes, a expressão deste tipo de violência é decorrente de dificuldades de resolução de problemas de ordem pessoal e/ou estrutural, no ambiente de trabalho, familiar, intelectual e/ou afetivo.

Observa-se, segundo a autora, a freqüência da manifestação dessa síndrome em lares nos quais os casais têm dificuldades nas resoluções dos seus problemas. Ocorre do pai

ou o homem da casa, e mesmo a mãe ou mulher da casa, descarregar nos menores e ou mais fracos a violência em forma escancarada ou sutil, infligindo humilhações, domínio físico ou sexual, mantendo a rede de persuasão e poder.

Para Safiotti (1988) tal síndrome pode ocorrer entre crianças de diferentes idades, servindo para determinar a delimitação de território, assim como a detenção do micro poder. Pode-se estender também à discriminação de raça, cor e classe social, sendo que as incidências constantes dessas ocorrências, perpetuam um círculo vicioso, em que assim como na macro sociedade, a violência gera violência. A autora ressalta que tem observado que alguns agressores atuais tiveram como aprendizado anterior que a violência é capaz de funcionar como estabelecimento de força, domínio ou mesmo conquista de poder, e continuam perpetuando e cultuando tais sistemas de crenças e valores. Muitos acreditam, de acordo com seus próprios depoimentos, que estão realizando a estratégia correta na educação de seus filhos, subordinados ou dependentes.

Para Sousa (2001) as notícias que se tem da violência contra crianças e adolescentes datam do Brasil colônia e vêm sendo perdurada na República Velha e na atual República. Alteram-se as manifestações de violência, assim como os instrumentos da mesma, mas continuam a predominar o domínio do forte sobre o mais fraco e as conseqüências que estão advindo desse procedimento têm aumentado as estatísticas de violências no Brasil.

Azevedo e Guerra (1993), abordando a questão da violência contra crianças e adolescentes, sustentam que desde os fins do século XIX e o início do século XX, em virtude da constituição decorrente da Proclamação da República, abolição dos escravos e o crescimento acelerado das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a infância pobre foi considerada a categoria mais ampla de todas as que compõem a infância em dificuldade. Nos meados de 1908 já existiam crianças e adolescentes considerados carentes.

As autoras ressaltam (1993) o caso de Mary Ellen, o qual retrata o descaso para com a criança, especialmente com referência aos maus tratos e à violência física. Segundo a narrativa - na ocasião, década de 1970, nos Estados Unidos - a criança foi agredida fisicamente no lar e na tentativa de se encontrar dispositivos legais a serem acionados para a sua defesa perante os agressores, observou-se à inoperância da lei. Tal fato levou as pessoas a se reportarem às leis de proteção aos animais, fato que despertou discussões em relação às novas modalidades de atendimento à criança vítima de violência. A partir de então, pode-se encontrar o amparo às vítimas de violência doméstica, nas Sociedades de Prevenção da Crueldade contra as Crianças (SPCCs) que tiveram a proliferação acentuada, especialmente nos Estados Unidos.

Para as autoras anteriormente citadas, o apoio dado na ocasião seria em virtude de as crianças serem classificadas como inocentes, objeto de proteção, uma vez que eram tidas como maleáveis e passíveis de serem incentivadas e moldadas para serem bons cidadãos. A gênese filosófica da criação das Sociedades de Prevenção da Crueldade contra Crianças (SPCCs), tomou como parâmetro os valores e padrões considerados adequados para a época.

A visão de que a família era responsável pela incidência de violência, redimensionou os estudos para a área da saúde e focalizou as dificuldades dos membros do grupo familiar, considerando-os complexos, passíveis de serem orientados e apoiados em sua dimensão individual. À essa análise, somaram-se a opinião de que, ao lado da agressão, se verificaria a vítima e não o agressor, uma vez que cabia às mulheres o papel de evitar o mal-estar na família. Quando o bem-estar doméstico estivesse ameaçado, aí estaria verificada a necessidade de um diagnóstico e tratamento de especialistas. Tal filosofia de atendimento veio assegurar o apoio de vários estudiosos e profissionais na área familiar, reforçando ainda mais a ascensão do poder público governamental ou não, na manutenção da educação dos filhos.

Através dos trabalhos de Kempe e Silverman (1962) citados por Azevedo e Guerra (1993) o enfoque da violência a partir de 1960 foi tendo um redirecionamento. Tal estudo foi denominado: “Síndrome da Criança Espancada”, uma vez que o referencial e acompanhamento, verificava-se mediante o diagnóstico diferencial através de radiografias constantes, em diversas épocas, dos ferimentos ocasionados por fraturas, queimaduras, ocasionadas por situações inusitadas e que tivessem poucas explicações e justificativas que não tivessem fidedignidade ou consistência.

Labrin (1998) retrata outros aspectos com referência à violência. Mediante trabalhos de acompanhamento aos familiares de pessoas vítimas de violência, evidenciou como causa da intensidade do sofrimento demonstrado pelas pessoas, as experiências traumáticas de perseguição, cárcere, tortura e exílio; as situações em que se verificou violência mais nítida, foram aquelas em que ocorreram maior violação e tortura, inclusive a sexual, na infância das vítimas.

O autor destaca que em razão dos estudos realizados, constatou-se que muitas famílias aplicavam como sistema de educação as chamadas “ditaduras familiares”. Tal denominação refere-se à utilização de comportamentos de repressão, violência verbal e física, no ambiente em que tais maltratadores viviam, e eram aplicadas especialmente às suas mulheres e filhos.

Aspectos como o da educação pela implantação de normas ditatoriais são cada vez mais frequentes nos lares brasileiros. Cresce a cada dia a cultura da banalização da violência, como corolário do descaso com os direitos à proteção da criança e do adolescente.

Para o autor anteriormente citado, a criança maltratada em sua família, pode reconhecer-se como vítima e ainda assim manter sua identidade. No entanto existe a possibilidade de ocorrência de comportamentos de manipulação psicológica, utilizados pelo agressor, os quais podem vir a provocar confusões perceptivas, que levam a vítima a pensar

que é culpado (a) ou responsável pelo que está acontecendo a ela. Pode ocorrer ainda o processo de demolição de identidade da vítima, com a perda do próprio referencial de vida, quando a vítima chega a duvidar de suas crenças e valores e, vir a adotar hábitos e valores de seus maltratadores.

Na visão desse autor, os que abusam e os que maltratam, assim o fazem em virtude de terem vivido em ambientes sociais e familiares violentos, ou seja, explicam o caráter transgeracional dos fenômenos da violência. O autor constata nesses estudos, os sofrimentos decorrentes do conhecimento de fenômenos de violência, por parte das vítimas, que, na fase infantil, não tiveram oportunidade de serem ouvidos nas suas necessidades e nem reconhecidos como vítimas.

Tais situações vão sendo armazenadas nas mentes das vítimas, e posteriormente, são exteriorizadas através de ritos analógicos de maus tratos, abandono e abusos sexuais de seus filhos ou situações de violência conjugal. A violência doméstica é frequente em espaço em que o abusador utiliza e manipula a dependência afetiva das vítimas. Ocorre que não há a necessidade de construí-la, uma vez que já existe, na maioria das vezes, o grau de dependência afetiva necessária.

Os comportamentos abusivos, assim como os significados dos mesmos, são camuflados ou negados pelos discursos e diálogos dos pais dos responsáveis. Os golpes e surras são apresentados como componentes educativos, e os gestos de abusos sexuais são tidos como componentes de gestos de amor e imprescindíveis para a iniciação sexual da vítima. Ocorre, a exigência, por parte do maltratador, de lealdade absoluta impedindo a vítima de expressar a dor e o sofrimento decorrente da situação vivida.

A naturalização dos gestos de maus tratos é evidenciada ao comprovar-se que os pais abusadores, na maioria das vezes, tentam convencer suas vítimas de que o

comportamento paterno ou materno é natural, legítimo, necessário e para o próprio bem da vítima.

Na conclusão de seus estudos, esse mesmo autor ressalta que a influência do comportamento dos pais abusadores, pode repercutir na traumatização de suas vítimas, uma vez que os pais, aproveitando a relação significativa que têm com os filhos, impõem suas crenças e representação do mundo, nas quais estão contidas a “normalidade” dos gestos violentos e abusivos.

De acordo com Cordeiro (1986) não é apenas a criança sem pais abandonada à sua própria sorte e também explorada por adultos, vítima de sofrimento, marcada pelo desamor e o medo. O que existe é o fato de que constantemente os pais podem ser os maiores agressores de seus filhos.

A partir de 1980, no tocante à área da infância e adolescência, iniciam - se discussões sobre as práticas sociais que visam ao aparato legal e social dessa clientela. As intervenções decorreram dos questionamentos realizados acerca da aplicação do “Código de Menores”, que regulamentava a lei para crianças e adolescentes. A partir de então começou-se a preparação para a mudança da Constituição Brasileira, que sedimentou os direitos da criança e do adolescente, nos termos do artigo 227. Surgem, a partir de então, alguns projetos e leis, o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) como exemplo.

Segundo Rocha (2001) como decorrência da desorganização do sistema econômico e político, com forte repercussão na constância de violência contra crianças e adolescentes, houve a necessidade, por parte dos vários segmentos da sociedade, de realizar estudos referentes a essa população na época contemporânea. As entidades representativas, que atuavam junto a essa população, organizaram-se para exigir, junto aos órgãos responsáveis, as devidas providências que adotadas, repercutiram na criação do Estatuto da

Criança e Adolescente - Lei nº 8.096/ 90 de 13/ 07/ 90, pelo qual o direito das crianças e adolescentes, foi corporificado legalmente.

Para o referido autor, com o surgimento dessa lei, as crianças e adolescentes deixaram de ser coisa (objeto de medidas judiciais) e passaram a ser considerados sujeitos de direitos. Com tal implementação jurídica, as crianças e adolescentes, na ocasião, deveriam, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescentes, ser tratados com mais prudência pelas autoridades policiais. O fato marcou uma transformação na conduta adotada pelas autoridades policiais com relação às crianças e adolescentes. Em épocas anteriores ao Estatuto, caso estes estivessem vagando pelas ruas e se apresentassem descalços ou sujos, poderiam sofrer uma medida judicial e serem recolhidos à “entidades de recuperação”. Atualmente, os jovens e crianças que estiverem vagando pelas ruas, só poderão ser recolhidos (detidos), caso estejam envolvidos em ato infracional grave ou estiverem em situação de flagrante, ou em caso de mandato judicial (art 5º, LXI da Constituição Federal).

A família, a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou a ser considerada como fonte principal de conquista, manutenção e concretização dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. A solicitação dos técnicos, órgãos públicos, sociedade civil e organizações não governamentais quanto ao cumprimento das leis, impelem as famílias ao aprimoramento. Novamente ocorreu uma cobrança de papéis a serem assumidos pelas famílias.

Considerando a importância que a família passou a ter no processo educativo dos adolescentes, e em vista das transformações sócio-culturais, surgiu a necessidade de os pais se adaptarem às exigências legais: apoiar, esclarecer, dar suporte e acompanhar os adolescentes quanto às necessidades próprias da idade. A partir de então, a família passou a ser responsável por propiciar condições físicas e psicológicas nas quais houvesse a condição de

desenvolvimento integral, harmônico e salutar dessa população, propiciando a fomentação das habilidades e suprindo as necessidades primárias do cotidiano.

Em contrapartida, mesmo com a exigência em moldes de educação mais abrangentes, delegando à família, maiores responsabilidades no processo educacional, disseminando a necessidade de uma cultura de amparo, assistência, dinamização, educação focal, nas potencialidades das crianças e adolescentes, o que se presenciou foram tentativas de adaptação ao novo contexto, cujas novidades são apenas as leis. Mesmo com o enfoque nos moldes e educação familiar: atuante e próxima da criança e do adolescente, evidenciou-se por parte de uma parcela dos familiares, cotidianamente, um comportamento de omissão. Tais processos de educação estão sendo continuamente reavaliados e para conseguirem maior redirecionamento, recebem apoio por parte dos órgãos governamentais e não governamentais.

Segundo Campos (2000) a partir dos anos 90, três facetas vão constituir as linhas fundamentais de estudo sobre a violência: os maus tratos, a exploração sexual infantil e o extermínio.

Almeida, Campos e Ribeiro (2000) ressaltam que a partir de então, nos estudos sobre a criança e adolescente, a violência começou a ser incorporada na análise das ocasiões em que a proteção total dessa clientela não estava ocorrendo, como também nas ocasiões em que se presenciasse o ato agressivo.

Em estudos sobre a educação de crianças e adolescentes, Marques (1986) trabalhando com um grupo de mães de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, constatou a aceitação generalizada da punição dos filhos. Das mães entrevistadas, 41,9% declararam ter maltratado seus filhos. Esse dado aponta para o fato de que as punições físicas são constantemente usadas pelas mães como medida de educação de filhos. Em face desse trabalho, algumas considerações importantes devem ser feitas: os pais biológicos aparecem, durante as pesquisas, como os responsáveis pela maioria das agressões, confirmando as

estatísticas internacionais. A violência intrafamiliar não aparece como uma preocupação constante, já que as estatísticas são feitas em intervalos aleatórios, não priorizando a continuidade. Tal fator dificulta as análises a serem realizadas. A entrada em tenra idade para um ambiente de trabalho, que exigia das crianças força física e intelectual, contribuía para o afastamento e até mesmo a desistência dos estudos, aumentando a possibilidade da não continuidade na vida escolar.

Segundo Almeida, Campos e Ribeiro (2001) torna-se importante o estudo das situações de risco. O ambiente que fornece incentivo à prática de violência tem sido constantemente estudado. As pesquisas revelam uma associação entre pobreza e violência, o que repercute no estudo intensificado de pessoas em situação de risco. A pressão que a sociedade exerce sobre as necessidades cotidianas, “Ter ao invés de Ser”, influencia na relação entre as pessoas, provocando a fragmentação entre os membros da família. O vínculo, atualmente, é mais dificultado em função das atribuições e funções de cada familiar. A vida social urbana não favorece a integração entre as gerações, pelo contrário, parece incentivar a repartição dos membros em atividades múltiplas e diferenciadas, tendo cada um que procurar se impor deixando de priorizar as relações afetivas e colocando em evidência a focalização nos aspectos de subsistência econômica.

Pelos estudos analisados, poucas são as alternativas apresentadas para a solução de um problema tão complexo como a questão da violência doméstica, que tem afetado não apenas as relações entre adolescentes e seus responsáveis, como também as relações dos adolescentes com outras pessoas que participam do seu dia-a-dia.

É importante que exista uma política de prevenção da violência doméstica, associada às melhorias de condições de vida das famílias.

Por mais que a própria sociedade se mobilize no sentido de conseguir entender e conviver com esse fenômeno, fazem-se necessárias intervenções políticas e científicas, almejando encontrar estratégias de controle e acompanhamento da violência doméstica.

**CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1. A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das representações sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social, originada na Europa a partir da publicação feita por Moscovici (1961) *La Psychanalyse: son image et son public*. Nessa obra, Moscovici, iniciou um movimento que procura a renovação temática, teórica e metodológica no Campo da Pesquisa Social. No seu trabalho, o autor propõe a socialização da psicanálise e também uma forma sociológica de Psicologia (Farr, 1994).

A Teoria das representações sociais teve sua origem na Sociologia, graças a Durkheim e na Antropologia com os estudos de Lévy-Beruhl. Durkheim (1978) utilizou-se das representações coletivas como elemento básico para a criação de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico.

Segundo Sá (1995), Durkheim ressalta que a representação coletiva abrange formas de conhecimento amplo e heterogêneo, concentradas em uma grande parte da história intelectual da humanidade. O autor pondera que, para que houvesse esse resultado, ocorreram várias misturas, combinações de idéias e sentimentos, acúmulos de experiência e saber de várias gerações.

Para propor o conceito de representações coletivas, Durkheim buscou apoio empírico no estudo da religião bastante simples dos povos primitivos. Para esse autor, as formas elementares encontradas também em religiões mais simples, poderiam ser encontradas em religiões mais elaboradas. Para ele o conceito de representação coletiva, refere-se a

produtos de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas também no tempo.

Com o reconhecimento da existência de uma outra ordem de fenômenos, houve a necessidade de outro tipo de conceito para englobá-los, surgindo, assim, o conceito de representações sociais.

A nova abordagem das representações sociais contrapõe-se à tradição hegemônica na Psicologia Social, buscando introduzir questões centrais para a disciplina, provocando, assim, algumas rupturas em relação às concepções tradicionais.

A partir dos estudos do conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici (1961) elaborou um corpo de conhecimentos próprio, que serviu de base para vários estudos que vieram a seguir, projetando-se atualmente, como um dos conceitos fundamentais em Psicologia Social. Para esse autor a perspectiva individualista não era suficientemente capaz de dar conta das relações informais, do dia-a-dia, da vida humana em nível mais especificamente social, pois deixava de captar a integração básica entre o indivíduo e a sociedade. A visão tradicional não percebia e nem teorizava corretamente a dialética entre o sujeito individual e a sociedade, por conceber o indivíduo como o único centro possível na análise dos processos psicossociais.

O surgimento desse novo conceito deveria, segundo Moscovici (1961) reduzir as representações a uma modalidade específica e de conhecimentos e não a uma gama ampla e heterogênea de conhecimentos, como era característica das representações coletivas. A função seria, então, a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. As representações sociais teriam a plasticidade, mobilidade e circulação das representações contemporâneas, que surgiriam na época atual.

Tais reflexões trouxeram contribuições para a reformulação a respeito dos estudos das representações. Segundo Moscovici (1984) as representações que ele queria estudar, eram

aquelas com características do tempo atual, de cunho social, político, científico e humano. As representações sociais, para Moscovici, tinham como características: a complexidade, a transversalidade e a vitalidade. Eram, na maioria, mutáveis e de ordem heterogênea. Eram passíveis de transformações e dependiam, em sua maioria, de fatos cotidianos da realidade comum.

A sociedade é vista por Moscovici (1984) como uma sociedade pensante, em que os indivíduos são pensadores ativos que, mediante inúmeras ocasiões do dia-a-dia, produzem e comunicam inocentemente suas próprias representações e resoluções íntimas.

Na Psicologia o termo Representação é utilizado em Psicologia Geral, para abordar o conceito de representações cognitivas dentro do paradigma construtivista; na Psicologia do Desenvolvimento, procura a compreensão dos estágios de desenvolvimento das representações mentais (estudos de Piaget); na Psicologia Social, apóia-se no desenvolvimento da corrente sociocognitivista européia e funda-se no trabalho de Moscovici.

As representações sociais, de acordo com Moscovici (1978), são uma modalidade de conhecimento compartilhado que apresenta como função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Para o autor elas são estruturas cognitivas, emocionais e afetivas que se articulam em um intercâmbio entre as intersubjetividades e o coletivo na produção e reprodução das representações sociais.

Moscovici (1978) define as representações sociais como:

O conteúdo de pensamento cotidiano, e do conjunto de idéias que dá coerência as nossas crenças religiosas, idéias políticas e as conexões que criamos espontaneamente, assim como respiramos. Ele nos torna possível classificar pessoas e objetos, comparar e explicar comportamentos e objetivá-los como parte de nosso contexto social (p. 214).

No seu trabalho, *La Psychanalyse, son image et son public*, Moscovici (1961) situa a estrutura de dupla natureza conceptual e figurativa das representações sociais. Para o autor, representar algo é reconstituir, retocar, modificar o texto. A impressão de realismo é criada no estabelecimento da comunicação que ocorre entre o conceito e a percepção.

Para Moscovici (1978) as representações sociais são “uma preparação para a ação” (p. 49). O autor ressalta a propriedade das representações sociais de remodelar e reconstruir os elementos do local em que o comportamento vai acontecer. Salienta que as representações conseguem implementar uma razão à ação, interconectando-a numa rede de relações em que está unida ao seu objeto, propiciando simultaneamente as noções, as teorias e os fundos de observação, que tornam essas relações estáveis e eficazes.

Segundo Moscovici (1978) as representações sociais são entidades quase tangíveis e estão presentes no nosso cotidiano. Moscovici afirma:

Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados (p. 41).

Já para Ribeiro (2000, p. 62):

O conceito de representação social pressupõe compreender o ato de representar, que significa um ato de pensamento por meio do qual um sujeito se relaciona com um objeto. Representar é substituir, estar no lugar de algo, de outrem. Do mesmo modo que a função simbólica, a representação é o representante mental de alguma coisa, e pode ser um objeto, uma pessoa, um acontecimento, uma idéia, etc.

No conceito de representação social proposto por Jodelet (1984) a autora afirma que esta é uma forma específica de conhecimento e do senso comum e designa então uma sociedade de pensamento social. Ressalta ainda que as representações sociais estão orientadas para a comunicação e entendimento do contexto social, material e ideal.

A representação, para Abric (1987) é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental, mediante a qual uma pessoa ou um grupo reconstrói a realidade, com a qual eles se confrontam e para a qual ele designa um significado específico. O mesmo autor ressalta (1998) que a compreensão da opinião individual ou grupal, assim como a observação e reflexão do senso comum desses sujeitos e a análise do mundo que os rodeia é fundamental para entender a dinâmica dos fenômenos sociais. Para ele a representação é uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de uma pessoa. Esta representação redimensiona a realidade, para propiciar a interligação das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e dos sistemas de atitudes e de normas.

No tocante à elaboração do conceito de representação social, Ribeiro (2000) ressalta que:

Em síntese, a literatura mostra que a essência do conceito de representação social não é fácil de apreender, mas surpreende o fato de que, tanto sua fertilidade, quanto a sua diversidade de objetos de pesquisa, consagram esse campo de estudo, tornando-o, cada dia mais, um importante referencial, não apenas para a psicologia social, mas para outras áreas do saber (p. 66).

Moscovici (1978) ressalta que existem dois processos geradores de representação social: a ancoragem e a objetivação. Conforme afirma Vala (2000) estes dois processos são

sociocognitivos com regulação social e são referentes a regulações normativas que verificam as operações cognitivas.

Antes de explicitar os processos formadores da representação: a ancoragem e a objetivação, Moscovici (1981) salienta a importância da compreensão acerca dos universos de pensamento, presentes na sociedade contemporânea. O autor afirma que nas sociedades contemporâneas constata-se a existência de dois tipos de universos de pensamento, sendo os universos consensuais e os universos reificados. Ambos os universos atuam ao mesmo tempo, com a finalidade de moldar a realidade na qual estamos vivendo. Segundo esse autor, nos universos reificados, há um comportamento adequado para cada situação, uma forma adequada para comunicações em cada situação. Cada contexto requer informações apropriadas.

Segundo Oliveira (2002):

... o não familiar é gerado e situa-se dentro do universo reificado das ciências e deve ser transferido ao universo consensual do cotidiano... as representações sociais tomam forma e são comunicadas para fazer o mundo cotidiano mais excitante e caracterizá-la como a teoria dos tempos modernos (p. 58).

O termo objetivar, refere-se à função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo e o termo ancorar, é inerente à função de duplicar uma figura, por um sentido, oferecer um contexto inteligível ao objeto, compreendê-lo.

A objetivação permite tornar concreto, quase tangível, o que é abstrato, modificando o conceito em uma imagem.

Para Moscovici (1978) citado por Costa (2001):

A ancoragem consiste em classificar e denominar, porque coisas que não são classificadas, nem denominadas, tampouco rotuladas, são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo são ameaçadoras. Ancorar também significa transformar o não - familiar em familiar (p. 41).

A ancoragem acontece na integração cognitiva das idéias, das pessoas, dos fatos a um complexo social já existente e às mudanças que se vão sucedendo no cotidiano. A objetivação consiste em uma operação “imaginante e estruturante”, através da qual a forma referente ao conhecimento do objeto vai aos poucos tornando-o quase tangível, materializado.

Segundo Ribeiro (2000) a ancoragem possibilita incorporar aquilo que é diferente, o não-familiar, por meio da constituição de uma rede de significações em volta do objeto, de modo a vinculá-las a valores e a práticas sociais.

Outros estudos focalizam o processo de apropriação das representações. Atesta Medrado (1998) que no nível individual, o processo de apropriação das representações sociais, refere-se à escolha de informações sobre um dado objeto social e conseqüente descontextualização dos elementos fixados, configurando-se uma imagem, de modo que as idéias construídas são vistas como algo concreto. Esse processo de concretizar significados em uma imagem, e vice versa, é chamado de objetivação, que compreende uma naturalização do objeto e categorização, ordenação e classificação da realidade. Esse esquema mental repercute na apropriação das novas representações, pela ancoragem das novas noções acrescentadas às representações já existentes, transformando em familiar, o não familiar.

Para entender a dinâmica dos fenômenos sociais, segundo Abric (1998) é fundamental a compreensão da opinião individual ou grupal, assim como a observação e reflexão do senso comum desses sujeitos e a análise do mundo que os rodeia. Para esse autor,

a representação é uma forma de visão mais ampla e individualizada de um objeto, mas também de um sujeito. Esta representação reconstrói a realidade para permitir a interrelação das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e dos sistemas de atitudes e de normas.

A estrutura das representações segundo Moscovici (1961) realiza-se a partir de dois elementos: a face figurativa e a face simbólica.

Afirma Moscovici (1978) citado por Ribeiro (2000) que “as duas faces indissociáveis das representações sociais, são a face figurativa e a face simbólica, as quais procuram oferecer um contexto inteligível ao objeto e dar materialidade a um objeto abstrato” (p. 62).

A importância dos estudos de Moscovici é mencionada por Jodelet (1984) quando a autora salienta que a tarefa de transformar as representações sociais em objetos de conhecimento psicossociológico é uma tarefa que implica riscos. Segundo essa autora, uma dificuldade encontra-se na possibilidade de que as representações sociais sejam reduzidas a um evento individual. Se tal situação ocorrer, o aspecto social intervém de forma secundária. Caso as representações sociais sejam tratadas como uma forma de pensamento social, sobrevém o risco de diluí-la nos fenômenos culturais ou ideológicos.

A análise das representações sociais, segundo Spink (1993) deve ser realizada à luz do contexto em que a representação social é produzida. A autora ressalta que o objeto de estudo das representações sociais, do ponto de vista psicossocial, é a atividade de reinterpretar, que surge do processo de elaboração das representações, no ambiente da interação. Para a compreensão das representações sociais, o contexto social considerado deve ser formado pelos fatores situacionais e históricos. A autora afirma ainda que é importante considerar três tempos, na perspectiva temporal: o tempo curto da interação, que tem como ponto fundamental à funcionalidade das representações; o tempo vivido, que se delinea pelo

processo de socialização e o tempo considerado longo, no qual prevalecem as memórias coletivas. Segundo ela existe a possibilidade de estudar muitos casos, para se entender a diversidade, ou pelo contrário, estudar casos únicos para apreender na relação “...representação - ação os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações” (p. 124).

Como abordagem complementar à teoria das representações sociais, surgiu a Teoria do Núcleo Central. Tal teoria foi proposta por Jean Claude Abric (1976) em sua tese de doutorado, intitulada “Jeux, conflits et représentations sociales”.

Para Abric (1976) o estudo das representações por meio da Teoria do Núcleo Central delinea a organização de uma representação social. As representações sociais possuem atributos próprios, organizados em torno de um núcleo (núcleo central), que é formado por um ou alguns elementos, que dão significado à representação. O núcleo central é determinado pela natureza do objeto, representado pela forma de interação que o grupo estabelece com o objeto e pelo sistema de valores e normas sociais que caracterizam o espaço ambiental do grupo. Tal núcleo possui uma função geradora que possibilita oferecer aos outros elementos um valor e uma função organizadora que atua para estabilizar e unificar a representação.

O autor situa, ainda, os elementos periféricos, os quais determinam o conteúdo da representação, uma vez que são mais concretos. Os elementos periféricos possuem três funções, a saber: de concretização, regulação e defesa. A função de concretização permite a elaboração da representação em bases reais, facilmente entendidas e transmissíveis. A função de regulação possibilita a integração das informações novas ou das transformações do meio ambiente na periferia da representação. A função de defesa possibilita a transformação dos elementos periféricos de uma representação: mudança de ponderação, interpretações novas, deformações funcionais defensivas, integração condicional de elementos contraditórios.

A estrutura da representação pode ser compreendida em termos de núcleo central em que se encontram as características fundamentais da representação, as quais são mais estáveis e resistentes à mudança, e os elementos periféricos os quais retratam as (re) significações culturais, que oferecem um sentido diverso às representações, sendo mais maleáveis à mudança. O núcleo central é o elemento essencial da representação, por definir, ao mesmo tempo, a significação e a organização interna da representação.

Segundo Medrado (1998) não é por um elemento ser quantitativamente relevante em uma representação, que ele é central. O que interessa é sua dimensão qualitativa, ou seja, o fato de este elemento oferecer significação ao conjunto da representação.

Para Medrado (1998):

Os elementos periféricos expressam, por sua vez a possibilidade de mudanças das representações sociais, através daquilo que poder-se-ia denominar, contra representação. Em outras palavras, sob o solo de uma representação, concentram-se elementos que se contrapõem à lógica interna dessa representação os quais podem emergir transformando-se em núcleo central, e adotando, por consequência, um caráter mais estável e resistente. Nas expressões humanas, das conversas do cotidiano às produções midiáticas, essa dinâmica pode ser apreendida, através das freqüentes contradições, que indicam a presença do velho e anunciam a possibilidade constante do novo (p. 88).

Ao situar tal fato, o autor considera as representações sociais como passíveis de mutabilidades constantes, transformações que podem ir alterando - se mediante o intercâmbio com o meio, estando ainda passíveis de estabilidades inalteráveis, dependendo da força que tal

representação tem para o indivíduo.

As funções das representações foram estudadas por Abric (1998). Para o autor, elas são quatro e têm papel fundamental na dinâmica das relações sociais e práticas. São elas: função de saber, que permite aos sujeitos apreender, entender e explicar os fatos reais; função identitária, que define a característica da identidade dos grupos, possibilitando a proteção das peculiaridades grupais; função de orientação, que orienta as atitudes e os comportamentos, definindo a função do contexto situacional a priori, assim como a qualidade de relações pertinentes para o sujeito e a devida resolução de tarefas, possibilitando uma ação e intervenção sobre o contexto, uma vez que funciona como seleção e filtro de informações, interpretações, procurando adequar essa realidade à representação; função de justificativa, que possibilita aos indivíduos justificarem a posteriori, as tomadas de posição e as atitudes no cotidiano ou no relacionamento com as pessoas.

Completam-se 30 anos que se estuda o campo de estudo denominado representações sociais. Na primeira década permaneceu praticamente ignorado, na segunda, passou a ser melhor incentivado por pesquisas realizadas com variados objetos de representação. Na terceira, foi alvo de um apuramento em termos teórico-conceituais. Sua difusão foi além das fronteiras da França. A expansão para outros países fez com que passasse a sofrer questionamentos e críticas no meio acadêmico da Psicologia, o que contribuiu para a divulgação da Teoria.

Alguns estudos de representações sociais com sujeitos crianças e adolescentes, focalizando as relações sociais destes, na família, na escola e no grupo de pares, foram desenvolvidos por Spink (1995); Guareshi (1993); Azevedo e Menin (1995); Guareschi e Jovchelovitch (1994) e Campos (1994), cujas reflexões incorporam novas contribuições para os estudos dessa teoria.

2.2. Representação social da violência

Ao situarmos os estudos sobre as representações sociais de violência, cabe contextualizar o trabalho realizado por Oliveira (2002) com adolescentes e suas famílias, sobre a violência na escola.

Os resultados do referido trabalho demonstram que os adolescentes referem-se à violência, atribuindo-lhe significação de matar, roubar, estuprar, agredir fisicamente e verbalmente. Para esse grupo, a violência está vinculada às suas experiências de vida e é um fenômeno que ocorre entre as práticas cotidianas na escola. Os sujeitos adolescentes reconhecem como ato violento todas as agressões físicas e verbais que acontecem dentro e fora do contexto da escola.

A violência na escola, para os adolescentes, aparece como forma de dominação, uma vez que envolve colegas e professores e retoma conflitos interpessoais. Em tais ocasiões, a forma de impor-se é manifestada pelo uso da força. A droga é reconhecida como fator que favorece a violência. Reconhecem, ainda, a presença de grupos estranhos à escola, grupos estes que contribuem para a prática de violência no contexto da escola (no tocante à estrutura física e aos objetos da escola), estes grupos invadem as escolas para roubar, “marcar território” ou para a prática do tráfico de drogas. A violência do professor contra o aluno é percebida com menos frequência do que a do aluno contra o professor, e é expressa através de ameaças e humilhações. A necessidade de aparecer e se auto-afirmar, geram brigas dentro e fora da escola. Por qualquer coisa, os adolescentes já começam a brigar, utilizando armas como canivete, pau, faca e estilete. O revólver é utilizado para assustar os colegas. A banalização da violência no contexto escolar foi indicada, uma vez que os motivos não justificam a maior parte da violência na escola.

Já no grupo das mães se observou que estas consideram a violência inexistente.

A representação que os pais fazem em relação à violência é concentrada em agressões físicas e verbais. Esse grupo percebe a violência como resultado da violência estrutural (referindo-se à necessidade de melhores condições de vida e melhores salários para os pais de família, para os professores e policiais). A ação policial, segundo eles, contribuiria para a prevenção de violência. Mas a deficiência desta é justificada pelos baixos salários pagos pelo governo. Afirmam não existir a violência do professor contra o aluno, embora apontem o fato de o professor tratar mal o aluno. As depredações que os filhos adolescentes fazem na escola são justificadas como atos próprios da idade, confirmando a banalização da violência. A violência na escola apareceu como um fenômeno distante, tornando-se uma representação de caráter normativo. Tanto os pais quanto os adolescentes isentaram a escola, o corpo docente e administrativo, da responsabilidade da violência na escola, considerando-a como produto de causas externas.

Para Oliveira (2002) a violência na escola possui muitas facetas. A autora ressalta que as drogas e o ciúme do (a) namorado (a) são explicações individuais e psicológicas para que a violência ocorra. Para essa autora os adolescentes estão seguindo o modelo da cultura da violência, quando tendem à banalização da mesma.

Já o estudo feito por Magagnin (1999) com adolescentes da região de Brasília trouxe dados bastante significativos para o estudo da violência, uma vez que constatou sua banalização pelos adolescentes. A droga apareceu como um elemento comum e capaz de explicar e justificar os atos violentos, não importando a classe social do praticante.

Tanto os adolescentes de classe baixa, quanto os de classe média, tiveram dificuldades de explicar a violência quando esta não estava correlacionada a condições de pobreza. A morte apareceu como um elemento capaz de caracterizar um ato violento. Outras formas de violência são reconhecidas, só que naturalizadas, o que constitui um forte indício da banalização da violência.

Ainda nesta pesquisa, a autora constatou que a violência apareceu como um fenômeno que é freqüente no dia-a-dia dos adolescentes, de forma intensa e concreta e os atinge continuamente, assim como às mulheres e aos menores, os quais, segundo os adolescentes, são considerados a população mais passível de ser vítima de atos violentos. A representação da violência, para essa população, referiu-se aos conceitos de matar, roubar, seqüestrar. Ao se referirem à droga, deixaram claro que a mesma favorece o comportamento de violência.

O segundo grupo de adolescentes de classe média representou a violência a associando a expressão do caráter e dos sentimentos de um indivíduo pobre em que o próprio sujeito é responsável pela sua condição de pobreza e miséria, e também da violência.

Tanto no trabalho de Oliveira (2002) quanto no de Magagnin (1999) a representação social de violência revela banalização e práticas violentas.

Para a verificação das representações de violência doméstica contra adolescentes, torna-se fundamental realizar uma investigação, focalizando especificamente a violência doméstica. Supõe-se que a mesma banalização da violência seja aplicada no universo das famílias de adolescentes, quer estejam as famílias sendo acompanhadas, pelo Conselho Tutelar, quer não.

CAPÍTULO III – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo empírico que foi realizado para testar as hipóteses quanto à representação da violência doméstica. No primeiro momento apresentar-se-á o método utilizado para a coleta de dados, seguido da caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa, assim como os instrumentos, procedimentos de coleta de dados e a análise dos mesmos. No segundo momento, serão apresentados os resultados obtidos.

Este estudo teve como objetivo geral conhecer as representações sociais sobre a violência doméstica e levantar hipóteses quanto à estrutura das representações sociais da violência doméstica elaboradas por familiares de alunos de uma escola de primeiro grau, e familiares de crianças e adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia. Este estudo teve ainda como objetivo, realizar a comparação entre o grupo 1 e grupo 2 e observar se na representação da violência, existe uma tendência à banalização da violência doméstica, ou não.

3.1. Método

3.1.1. Sujeitos

Na primeira etapa do presente estudo, participaram 10 famílias de adolescentes, alunos da 4ª série de Escola Pública. Foram entrevistados 21 sujeitos, sendo 5 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

Desses, 04 têm idade variando de 10 a 14 anos, 15 tem idade de 21 a 55 anos e 2 tem idade de 56 anos acima, na época da coleta.

Quanto ao grau de parentesco, tem-se: 10 pais, 5 irmãos, 4 avós e 2 tios.

Com relação à escolaridade: 5 são analfabetos, 12 cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 3 cursaram da 5ª a 8ª série do ensino médio e 1 dos sujeitos cursou até o primeiro ano do 2º grau.

Na segunda etapa, participaram 10 famílias de adolescentes, acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia, em virtude de denúncias por violência doméstica. Foram entrevistados 17 sujeitos, sendo 6 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

Desses: 5 tem idade entre 15 a 21 anos e 9 de 22 a 55 anos e 3 de 56 anos acima.

Quanto ao grau de parentesco, tem-se: 6 pais, 3 irmãos, 5 avós e 3 tios. No tocante à escolaridade: 5 são analfabetos, 9 cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 2 cursaram da 5ª a 8ª série do ensino médio e 1 dos sujeitos cursou até a terceira série do 2º grau.

A opção por entrevistar os familiares adolescentes e adultos, parentes dos adolescentes ocorreu devido à maior facilidade de aplicação do instrumento (entrevista semi-estruturada). Caso a amostra fosse composta por crianças haveria a necessidade de instrumentos como pranchas de testes, testes projetivos e outros instrumentos adequados à pesquisa com crianças, o que demandariam um tempo além do disponível para a conclusão desse estudo.

A decisão de não entrevistar os adolescentes sujeitos dessa pesquisa ocorreu devido à proposta de se conhecer apenas as representações sociais de violência doméstica dos familiares dos adolescentes da escola pública, e verificar se existe diferença entre as representações sociais de violência dos familiares que não são denunciadas por violência

doméstica contra adolescentes, e as famílias que são denunciadas por violência doméstica no Conselho Tutelar.

3.1.1.1. Descrição do bairro

A primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida no Bairro São Carlos e Bairro da Vitória, da Cidade de Goiânia. Os setores possuem asfalto nas ruas principais e a rede de esgoto ainda está sendo instalada. As instituições religiosas são predominantemente evangélicas, porém algumas são católicas e espíritas. A região tem posto policial, posto de saúde, hospital, creches e Conselho Tutelar.

A segunda etapa deste estudo foi desenvolvida na região atendida pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia, a qual engloba os bairros acima citados e outros, adjacentes à Região Norte de Goiânia, com infra - estrutura semelhantes a dos bairros da primeira etapa da pesquisa.

3.1.1.2. O campo da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa foi realizada com familiares de alunos da 4ª série do ensino fundamental de Escola Pública situada no Bairro São Carlos, na cidade de Goiânia (Goiás). A escola atende alunos de nível socioeconômico baixo. Possui 11 salas de aula, uma cozinha e 9 banheiros. O setor administrativo conta com 03 salas, um refeitório, uma quadra de esporte e dois pátios para lazer. A escola oferece merenda escolar no refeitório. No horário do recreio, os alunos podem circular livremente, realizar jogos e recreação, sob a supervisão dos funcionários da escola, professores e coordenadores.

O campo de pesquisa da primeira etapa foi escolhido em virtude de já ter sido realizado no local um trabalho de esclarecimento psicológico a respeito de prevenção de drogas e violência, com a população de adolescentes, no período de 1998 a 1999. Segundo

dados coletados durante as palestras, era freqüente o comportamento de negligência e violência física por parte das famílias.

Com as visitas às famílias, pelas funcionárias da escola, constatou-se várias ocorrências de violência doméstica, o que refletia consideravelmente na oscilação da freqüência dos alunos.

A escolha da escola baseou-se ainda no fato de que esta se situa em região considerada de alto risco e com acentuado índice de violência contra adolescentes, sendo predominante a freqüência de denúncias de famílias dessa região, no Conselho da Região Norte - Goiânia. Os alunos foram selecionados por estarem na quarta série, e pertencerem à faixa etária de 10 à 16 anos, população alvo dessa pesquisa.

A população da pesquisa foi sendo definida à medida que, ao serem visitados, os sujeitos se mostraram dispostos a participar da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte de Goiânia. A escolha dessa população ocorreu em virtude das denúncias de violência doméstica nessa região serem bastante significativas se comparadas com as de outros conselhos, e por ser esse Conselho, o responsável pelo acompanhamento às famílias do Bairro São Carlos e Bairro da Vitória da cidade de Goiânia-GO, local de realização da primeira etapa do presente estudo. Posteriormente, na análise dos livros de registro de ocorrências do Conselho Tutelar, constatou-se o alto índice de denúncias de violência de pais contra adolescentes, moradores dos Bairros da Vitória, São Carlos e regiões adjacentes a esses setores.

Para a realização da segunda etapa da pesquisa foi solicitado ao Juizado de Menores e ao Conselho Tutelar da Região Norte a autorização para a aplicação das entrevistas. Para a definição dos sujeitos da pesquisa foram utilizados os livros de registros de

ocorrência, bem como as ocorrências de denúncias de famílias que praticam violência contra adolescentes, feitas por telefone no Conselho Tutelar da Região Norte.

3.1.2. Instrumentos

O instrumento utilizado para coletar dados sobre as representações sociais de violência doméstica nas duas etapas de pesquisa foi uma entrevista semi-estruturada, com um roteiro que permitia aos sujeitos se expressarem a respeito do tema da violência.

Os eixos temáticos foram distribuídos na seguinte forma:

1. a família: como os sujeitos vêem a família;
2. a educação dos filhos, a opinião dos sujeitos sobre a educação dos filhos adolescentes;
3. o papel dos pais na educação: como os sujeitos vêem o papel dos pais na educação dos filhos e a obediência aos pais;
4. a violência na família se existe violência na família;
5. as diversas formas de corrigir os filhos, se os pais podem bater nos filhos;
6. o relacionamento entre o casal: a opinião dos sujeitos a respeito do relacionamento entre o casal. Se existem brigas entre o casal;
7. os professores: a opinião sobre o papel do professor; se eles colaboram no controle da violência, se existe violência do professor contra o aluno, se existe violência do aluno contra o professor;
8. a escola: a visão que os sujeitos têm a respeito da escola, o ambiente da escola que os adolescentes convivem, o que eles aprendem;
9. a violência na escola: abordando se para os sujeitos existe violência na escola, se a escola ajuda a controlar a violência;

10. a violência entre os alunos: quais as formas e tipos de violência entre os alunos;
11. a violência na sociedade: se para os sujeitos, existe violência na sociedade;
12. a sociedade: a opinião dos sujeitos sobre a vizinhança, o que agrada, o que desagrada;
13. os meios de comunicação: a opinião dos sujeitos a respeito dos equipamentos sociais (serviço público, serviço de saúde, serviço policial, creches, escolas), etc.

As instruções fornecidas eram: estamos realizando uma pesquisa relacionada à violência e gostaríamos de saber sua opinião sobre esse tema. Durante o diálogo inicial era explicado que as respostas eram espontâneas e não havia resposta certa ou errada, o importante era a opinião individual a respeito do tema.

3.1.3. Procedimento de coleta de dados

As entrevistas realizaram-se entre os meses de dezembro de 2001 a janeiro de 2002. As entrevistas foram gravadas, sendo que para tal, foi realizado um acordo verbal com os sujeitos e a devida autorização e consentimento para o procedimento. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 30 a 90 minutos. Os esclarecimentos a respeito do trabalho foram feitos nesse ínterim.

No primeiro momento foram aplicadas as entrevistas que serviram como piloto: duas entrevistas para cada grupo de sujeitos, em que se pôde verificar que o instrumento era adequado.

As entrevistas foram realizadas nas casas das famílias, com o familiar que se dispusesse a participar da pesquisa. Procurou-se priorizar a entrevista com pelo menos um adulto responsável pelos adolescentes. Os pais que não puderam participar, não o fizeram em

virtude de trabalharem fora durante a semana e também no final de semana. Outros só poderiam participar à noite (momento considerado inviável, devido a maior incidência de violência no bairro nesse horário). Assim sendo, alguns optaram por indicar familiares dos adolescentes, os quais segundo eles, tinham conhecimento das condições de vida destes, colaborando na educação dos mesmos.

As entrevistas foram realizadas nas residências, em horário pré-estabelecido, entre o pesquisador e a população da pesquisa. Uma entrevista com a mãe de um dos adolescentes foi realizada na escola, em virtude da dificuldade de localização do endereço e da impossibilidade da sua participação na pesquisa em prazo hábil, em virtude do nascimento de seu bebê. Foi então aproveitada a ocasião do seu comparecimento a uma reunião na escola pública.

Em ambas as etapas da pesquisa, o procedimento de coleta de dados foi semelhante.

Para o primeiro contato com os familiares dos adolescentes da Escola Pública, contou-se com o apoio de uma funcionária da Escola.

Para o primeiro contato com os familiares dos adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia, contou-se com o apoio dos técnicos e do motorista do Conselho.

3.2. Análise dos dados

Para o procedimento de análise dos dados coletados pela entrevista, utilizou-se o *software* de análise lexográfica de dados textuais denominado *ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte)*. Tal instrumento, realiza a análise estatística a partir de um único arquivo de texto, que pode ser uma entrevista, um questionário, ou um outro tipo de material textual, denominado unidade de contexto inicial -

UCI O conjunto de UCI formam um único arquivo a partir do qual se elabora a análise, toda entrevista do estudo em questão foi definida como uma UCI.

Para Ribeiro (2000) o *ALCESTE* reconhece as unidades de contexto iniciais UCI dividindo-as e classificando-as em unidades de contextos elementares - UCE, que são pequenos segmentos do texto, na maior parte das vezes, do tamanho de três linhas dimensionadas pelo programa, em que se respeita a ordem de aparição que elas têm no *corpus* semântico.

No primeiro momento, a análise estatística consiste em uma classificação hierárquica descendente - CDH, que consiste em separar as UCES em várias classes do vocabulário que as compõem, de tal forma que seja obtido o maior valor possível numa prova de χ^2 .

Apresenta também as oposições entre as classes sob a forma de uma árvore (dendograma).

Segundo Costa (2001) em um segundo momento, realiza-se uma análise fatorial de correspondência - AFC, a qual possibilita visualizar sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes do CDH da classificação hierárquica descendente. Mediante essa análise torna-se possível uma projeção das palavras analisadas em um plano fatorial, que considera também as variáveis suplementares como por exemplo, grau de parentesco, sexo, escolaridade.

Posterior a essa análise, a qual é realizada com todos os sujeitos, faz - se uma segunda etapa, utilizando-se o software *ALCESTE* e cada grupo de sujeitos é analisado separadamente, com o intuito de identificar as características, as possíveis diferenças e a forma como os sujeitos pertencentes a cada grupo organizam internamente as representações sociais da violência doméstica.

A análise dos dados é constituída de dois níveis. O 1º nível é a análise do conhecimento do campo comum das representações sociais da violência doméstica elaboradas pelas famílias dos adolescentes da escola pública e pelas famílias dos adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia. O 2º nível é a análise das diferenciações grupais sobre a representação social de violência doméstica. O material do *ALCESTE* utilizado neste trabalho foi elaborado por Aldry Sandro Monteiro Ribeiro (mestre em psicologia), e por componentes do laboratório de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia / UNB.

3.3. Resultados e discussão

Os resultados obtidos com o auxílio do software *ALCESTE* permitiram uma compreensão dos conteúdos e da organização das representações sociais de violência doméstica, e se apresentam nos seguintes níveis de análise: a) no primeiro nível busca-se explicitar o campo comum das representações sociais desses sujeitos. Nesse nível de análise são abordados os significados partilhados pelos dois grupos pesquisados. Parte-se da hipótese de Doise (1992) que diferentes membros de uma população partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social. Para isso utilizou-se uma análise denominada classificação hierárquica descendente, que permite o acesso ao conteúdo das representações sociais dos sujeitos. A apresentação dos resultados desse primeiro nível foi realizada através da análise do conteúdo da representação social, com o auxílio do software *ALCESTE*, que permite a visualização, em um plano fatorial, da distribuição do discurso e das variáveis complementares, indicando o posicionamento dos sujeitos em relação às representações sociais. Essa visualização permite identificar a existência ou não de diferenças entre os grupos e a posição que cada grupo apresenta diante da violência.

1º Nível: O campo comum das representações sociais sobre a violência doméstica das famílias de adolescentes da escola pública

A partir da análise de classificação hierárquica descendente, buscou-se dar ênfase ao conteúdo e à estrutura das representações sociais sobre a violência doméstica.

A partir da análise textual com o auxílio do software ALCESTE, das produções dos sujeitos, reconstruiu-se o discurso coletivo, utilizando-se a relação entre as palavras, a frequência com que aparecerem suas associações em classes de palavras (cálculo do χ^2).

Também se recorreu aos enunciados dos sujeitos para uma melhor compreensão do contexto em que as classes estavam inseridas, para se ter assim, acesso ao contexto semântico, que poderiam indicar as representações sociais.

A análise do corpus total obtido a partir das entrevistas, revelou a existência de dois blocos, composto de seis classes.

A Figura 1 apresenta essas classes e a relação entre elas (R). A seleção das palavras que compõem as classes foi realizada levando em consideração a frequência e o percentual de distribuição de cada palavra em cada classe, considerando os χ^2 encontrados.

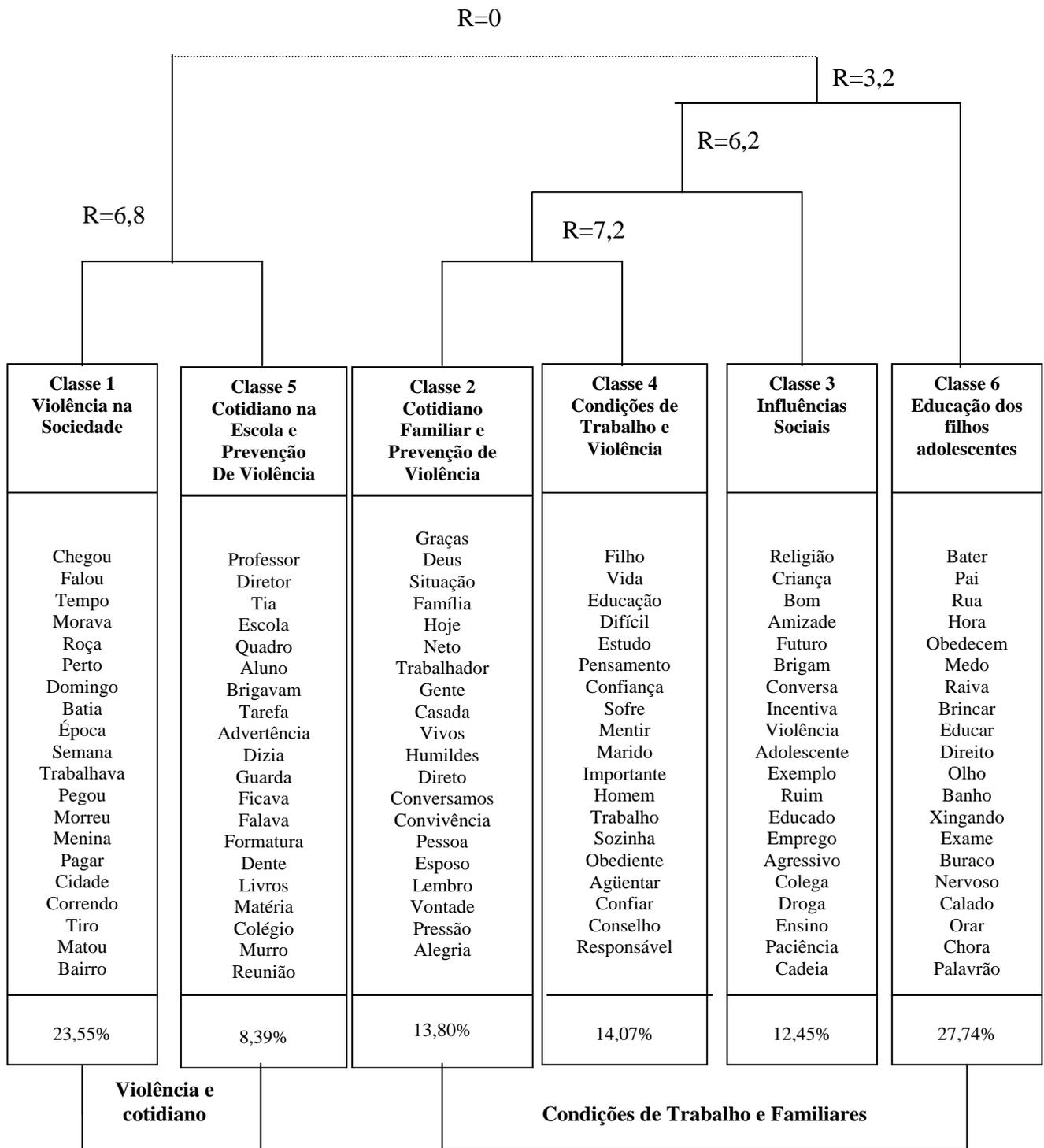


Figura 1. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes da Escola Pública sobre a violência doméstica, organizado em seis classes (teste de χ^2 no interior de cada classe e porcentagem de cada classe no interior do corpus $N = 21$).

Classe 1 – Violência na sociedade:

O discurso dos sujeitos da classe 1 revela que existe violência na sociedade. Acentuam que a ação da polícia é constante, na prevenção e controle da violência, mas que em alguns casos, tem muita dificuldade para conseguir atingir o controle de roubos e assaltos nas cidades.

No que se refere à violência no bairro, os sujeitos relatam que participaram de cenas de mortes de crianças, em virtude de conflitos entre adultos.

Os sujeitos relatam ocasiões de trabalho em que tiveram que trabalhar como se fossem adultos, ocasionando a exploração do trabalho infantil. Mesmo frente a essas dificuldades, os sujeitos consideram tal situação positiva para o processo de amadurecimento..

Outro dia eu vi na televisão a filha que matou a mãe de cento e um anos (Sujeito 5).

Que era uma quadrilha de ladrões que estava aqui. Os policiais ainda conseguiram pegar.... Saiu ali em baixo só que deram um tiro em uma pessoa. Todo domingo tem isso e no meio da semana também, no meio da rua (Sujeito 9).

Esse senhor atirou. Ele atirou, a menina morreu nos braços da mãe.... E com o revólver na mão, ele atirou nela. E ela correndo com a menina.... Quando ela chegou lá, estava com as costas puro sangue da menina. Foi um desespero. Inclusive ele está preso até hoje (Sujeito 13).

Agora melhorou muito, mas antes era muito violento. Esse bairro. Não aprender só droga e violência. Até na classe média existe isso. Dentro de ônibus muito homem que aproveita de menina nova igual ela (Sujeito 17).

Fazia tijolo.... Queimar. Enchia caminhão.... Só vivia trabalhando.... Nós éramos muito crianças, mas nós dávamos conta.... Na época da colheita, aí vinha minha mãe.... Era tudo maravilhoso. Dos filhos da minha mãe nós dois foi quem ralamos mais (Sujeito 21).

Classe 5 – Cotidiano da escola e prevenção de violência:

Esta classe retrata, no diálogo dos sujeitos, as relações entre alunos, entre alunos e professores e entre alunos e diretores, apontando a necessidade de compreender a vida dos adolescentes de forma tão abrangente que considere a disciplina e o respeito, bem como o diálogo constante acerca dos problemas surgidos no ambiente escolar.

Os sujeitos dessa classe ressaltam, ainda, em seu discurso, que a escola é importante na educação dos adolescentes, servindo como fator primordial de aprendizagem e educação.

Relatam, ainda, que ocorrem brigas no cotidiano da escola. Evidenciam o hábito de crianças e adolescentes carregarem objetos pontiagudos e cortantes, chegando a levá-los para o ambiente escolar, fato que requer intervenção constante da direção da escola, no sentido de evitar agressões físicas entre os alunos.

Acentuam, também que o ambiente da escola, assim como as atividades externas programadas (brincadeiras, passeios, diálogos no intervalo das atividades acadêmicas)

contribuem positivamente para o rendimento acadêmico dos alunos e sua sociabilidade.

Apontam para a necessidade de adequação dos alunos às normas de disciplina, salientando que o aprendizado de normas é importante para a prevenção de violência. Recomendam que haja notificações mais constantes para os pais, em caso de desobediência.

Os sujeitos valorizam as escolas e se esforçam por procurar saber a qualidade do ensino que é oferecido, antes de matricularem seus filhos. Apontam para a dificuldade de se conseguir vagas na escola escolhida.

Chamava a diretora. Brigava.... Alguns, sim. Todas: era passeio, brincadeira, parque. Ajuda, ensina que não é para brigar. Eu achava a diretora de lá muito competente. Se ela via dois meninos brigando, ela dizia: não é para vocês brigarem, se eu ver isso acontecer.... (Sujeito 2).

A escola serve para educar.... Para aprender.... As professoras gostam dela, falam que a S é muito inteligente. Todas as professoras lá gostam dela.... Eu vi. A menina desse tamanho com um canivete, um corta unha. Falei para ela que não podia entregar esse negócio cheio de ponta, porque lá fora se sair daqui, vocês não vão brigar, se vocês brigarem vocês vão furar a outra. (Sujeito 8).

Eu fiz o maior esforço de conseguir a vaga lá.... Outro colégio, eu não tinha muita informação. E de lá eu ouvi falar que de lá e bom para aprender. (Sujeito 17).

Os meninos grandes, mandava tomar no.... para professora....
Que ia dar advertência.... Não tinha muita disciplina.... Chamar
os pais para conversar (Sujeito 19).

Classe 2 – Cotidiano familiar e prevenção de violência:

Os sujeitos dessa classe retratam a convivência familiar, apontam a necessidade de aceitação dos costumes e regras familiares como forma de adaptação.

Ressaltam que, mesmo submetidos a castigos e humilhações verbais emanadas dos familiares responsáveis optam por continuarem ligados a eles do ponto de vista emocional e econômico.

Evidenciam, ainda, que se faz importante o momento de diálogo entre pais e filhos, uma vez que, neste espaço para o diálogo, torna-se possível a conscientização destes, prevenindo-os de possíveis situações de perigo.

Eles também apontam para a importância da continuidade do vínculo entre o casal e entre os pais, como possibilidade de suporte econômico e cultural, bem como para a estabilidade familiar.

Eles perguntam, eu tenho paciência de explicar. E tem hora que eles sabem mais do que eu.... Você está sempre conversando com os filhos, eles vão se conscientizando das coisas que são mais perigosas (Sujeito 1).

Eu lembro muitos espancamentos que ela me deu.... Se eu morar com ela toda vida. Claro que tenho que aceitar as brigas e os conselhos da minha mãe. Se eu não quiser, tenho que sair para fora.... Quem vai me ensinar é o mundo (Sujeito 6).

Se ele tivesse conosco a gente teria conseguido mais, pois somos todos trabalhadores. Tínhamos conseguido.... Tinha dado uma vida melhor para ela, que ela até hoje, vive de aluguel (Sujeito 20).

Classe 4 – Condições de trabalho e violência:

Os sujeitos dessa classe ressaltam a importância do relacionamento familiar e do trabalho para a vida dos adolescentes e adultos.

Essa classe ressalta pelo discurso de seus sujeitos, a importância da família e a convivência harmônica entre os membros familiares, como forma de melhoria das condições para o trabalho.

Acentuam, ainda, que o estudo é a ferramenta fundamental para quem almeja conseguir conquistas no campo profissional.

Apontam para a satisfação que os responsáveis experimentam ao ver o rendimento estudantil dos filhos.

Focalizam também que o trabalho é significativo para o amadurecimento dos adolescentes. Alguns sujeitos relatam que o trabalho vem associado ao sofrimento. Caso não haja sofrimento, não se consegue atingir as metas.

Formar na vida, subir, de ter o estudo, de ter um trabalho normal. Depois eles, esperança de ver eles, formar a família também. Continuar e a gente ter o privilégio de ver. O papel do pai é sempre dar apoio as coisas boas que o filho está fazendo e sempre tirando as coisas ruins que estão acontecendo na vida deles (Sujeito 1).

O trabalho é bom para eles crescerem, então, eu tenho que batalhar, ir atrás. Se eu não for, nada conseguirei, eu acho que sim, tem que batalhar, sofrer para ter, se você não batalhar, sofrer, não tem (Sujeito 2).

Se não tiver o estudo nada consegue. Igual eu, não tenho o estudo, estou desempregado, já é um exemplo para vocês verem que devem seguir, não desanimar no estudo (Sujeito 14).

Classe 3 – Influências sociais:

Os sujeitos dessa classe apontam as influências sociais, exercidas pelas amizades de outros adolescentes, que incentivam à desobediência aos pais, os vícios, roubos e delinquência juvenil. Por outro lado ressaltam que algumas poucas amizades exercem influências positivas.

No tocante ao relacionamento do casal, relatam que é bom, poderia ser de melhor influência para os filhos, se houvesse possibilidades de minimizar os conflitos verbais.

Ressaltam que, em ambientes como instituições de ensino, é importante a existência de momentos para meditações, inclusive momentos de atividades religiosas com a participação dos adolescentes, possibilitando maior equilíbrio aos jovens.

Passeio de caminhão, de ônibus.... Influenciam a fumar, tem muitos que fazem isso, a roubar e até chamam para roubar juntos. Alguns influenciam, ensinam a não roubar, a não usar drogas, de uns será bom, de outros não. Alguns roubam carro da gente, já tentaram roubar a casa da minha avó (Sujeito 3).

Eu leio o evangelho, está falando aqui, isso é um compromisso.... Por causa da religião. Incentiva só coisas boas. E lá no B.E. está incentivando bagunça mesmo. Já pensou o que a criança vai pensar? Depende da cabeça da criança. Se for igual as minhas, quietas, não vai bater muito com a cabeça (Sujeito 14).

Muitas vezes eu assisto jornal, vejo pai estuprando filha, vejo filho matando os pais (Sujeito 19).

Classe 6 – Educação dos filhos adolescentes:

Os sujeitos desta classe põem em relevo a educação dos filhos adolescentes e ressaltam a importância da obediência e da imposição de limites. Apontam a necessidade de atenção constante às alterações psico-corporais que vão surgindo com o avançar da idade.

Afirmam que enfrentam dificuldades na criação dos netos, especialmente quando estes não obedecem às regras familiares.

Ressaltam, ainda, que os pais não devem bater nos filhos, apenas educar. Repudiam as situações em que os pais machucam as crianças.

Os sujeitos mostram-se disponíveis às perguntas dos filhos e consideram possível o diálogo entre os familiares. Ressaltam que as conversas devem ser atuais e amplas, abordando todos os assuntos.

Salientam os benefícios das brincadeiras, como forma de integração com os filhos.

Eu falo com ele, falo, falo e ele é custoso demais. Me domino porque senão pego ele e bato. Depois a mãe deles vai ficar com raiva de mim (Sujeito 4).

Obedecer, ele não vai ter eu e o pai dele sempre, só fazer o bem. Só educar, eu detesto, odeio. Pai que machuca criança, tem pai que não sabe bater, deixa sinal, porque machuca. Tem até denúncia (Sujeito 13).

Conversamos sobre tudo. Eles ficam brigando mas não dão muito trabalho não.. Eu não tenho nada a esconder.... Dizem que umas palmadas resolve, mas eu acho que não (Sujeito 20).

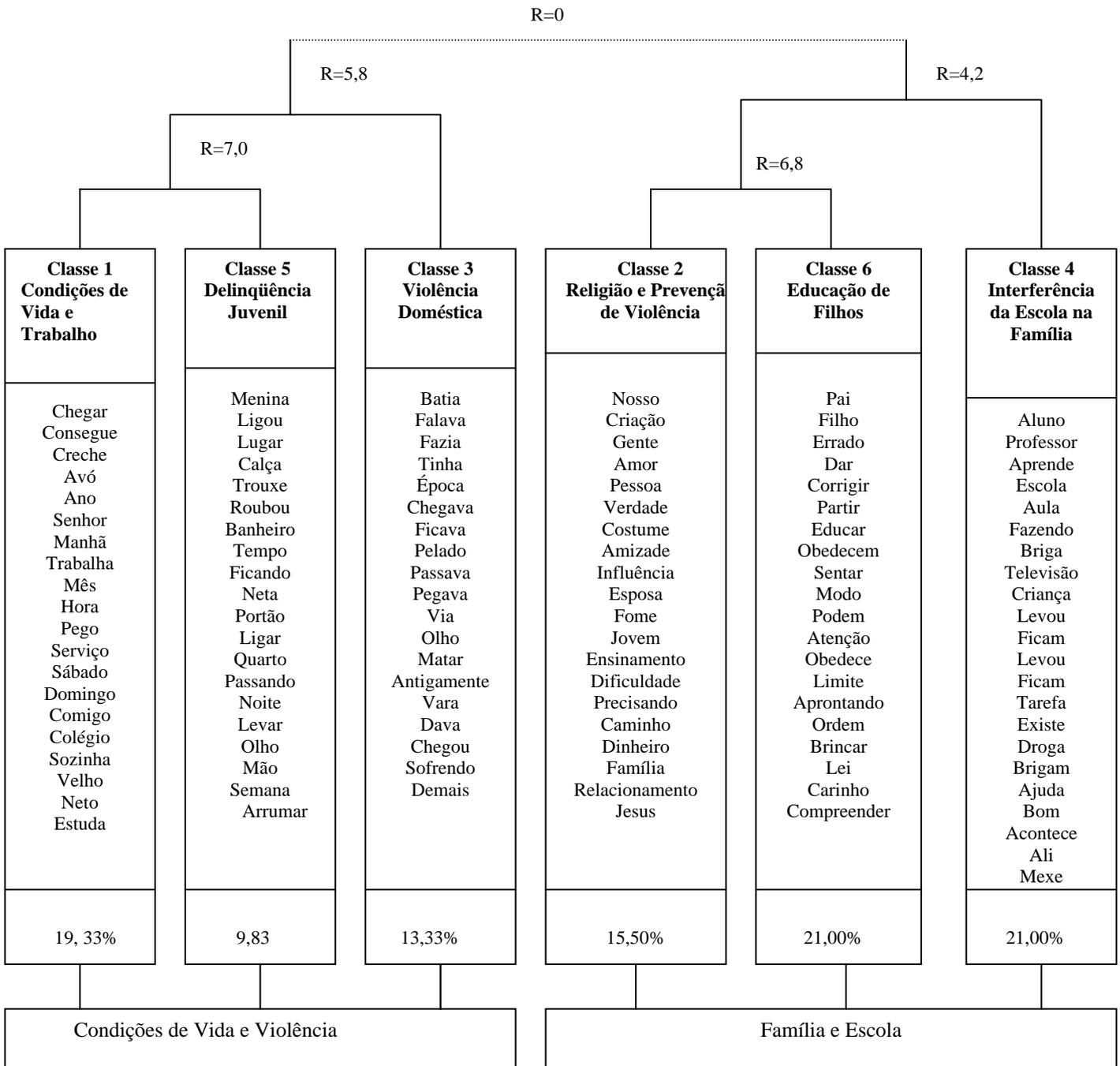


Figura 2. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar sobre a violência doméstica, organizado em seis classes (teste de χ^2 no interior de cada classe e porcentagem de cada classe no interior do *corpus* N=17).

1º Nível: O campo comum das representações sociais sobre a violência doméstica das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da região norte da cidade de Goiânia

Classe 1 - Condições de vida e trabalho:

Esta classe apresenta um discurso diretamente ligado à interferência das situações de trabalho na vida das famílias.

Os sujeitos ressaltam que os adolescentes não querem ocupações e responsabilidades. Só querem ficar desocupados, sem atividades e sem colaborar nos afazeres domésticos. A preocupação com esse comportamento dos filhos é constante.

No tocante ao trabalho, destacam a dificuldade de locomoção para chegar ao local de trabalho, tendo que sair da residência muito cedo e cumprir uma longa jornada de trabalho.

Em relação ao cuidado das crianças que ficam em casa - sem assistência dos responsáveis, que saem para o trabalho - ressaltam a ajuda constante dos vizinhos, que atuam como elemento de apoio para a manutenção de uma atividade remunerada.

Salientam, igualmente, a importância das creches para o apoio na socialização e educação dos filhos, principalmente quando necessitam contribuir para a renda familiar dedicando-se ao trabalho externo. Um dos sujeitos especifica que nas creches não há um bom atendimento, chegando mesmo a necessitar de fiscalização policial para o bom desempenho dos funcionários.

Nessa classe observa - se que há, por parte dos responsáveis pelos adolescentes, uma preocupação com a moradia. A dificuldade em conseguir trabalho fixo leva as pessoas a se mudarem continuamente, não podendo investir em gastos com a residência própria.

Ressaltam que a residência atual não é devidamente registrada, pois é resultado de invasão de lotes públicos, e a construção da casa é feita gradualmente, com a ajuda de terceiros e de familiares.

Retratam ainda a presença da violência física - assassinato de um adulto, o que causou estranheza e desconforto nas pessoas da comunidade, uma vez que ocorreu no bairro que a pessoa morava e trabalhava. Foi ressaltada a dificuldade de cuidar da família, inclusive de crianças órfãs, e de manter o orçamento, com a ausência desse familiar, repercutindo negativamente na saúde física dos familiares da vítima (um dos sujeitos dessa classe).

Relatam também que, na fase escolar, não puderam estudar, pois tinham que colaborar no trabalho dos pais (agricultores).

Aqui a gente trabalha. A outra menina trabalha e a de cinco anos fica na creche.... Esta branca estuda de manhã. Quando estou trabalhando ela fica sozinha dentro de casa.... Fiquei nove meses no barraco, fiquei só eu e Deus, meus filhos ficaram lá, porque não podia trazer. Saía quatro horas da manhã para pegar o ônibus, porque eu trabalhava na firma da E., neste tempo eu sofri demais para conseguir isto aqui (Sujeito 11).

Minha cabeça já está quente. Perdi um filho que é o que me ajudava mais, matado. Aí eu desgostei da casa. O meu berço foi catar algodão para os outros, puxar enxada e bater pasto lá na Bahia. Ela levanta, quer achar casa arrumada e roupa lavada. Eu que faço. (Sujeito 13).

Classe 5 – Delinquência Juvenil:

Nesta classe os sujeitos ressaltam a situação de violência sexual praticada por adultos contra crianças.

Salientam a violência sexual praticada por adolescentes contra crianças.

Evidenciam a ocorrência da homossexualidade feminina entre adolescentes.

Os sujeitos pontuam as situações de roubos de objetos e dinheiro por parte dos adolescentes. Os sujeitos dessa classe evidenciam a situação de roubo no bairro, quando os idosos são colocados em situação de risco.

Os sujeitos desta classe retratam a necessidade de atenção e cuidados diários que devem ser dispensados aos adolescentes, como forma de prevenção da delinquência.

O risco de violência física, levando ao óbito, é evidenciado pelos responsáveis pelos adolescentes, que consideram essa possibilidade com alta probabilidade de ocorrência no dia-a-dia dos adolescentes.

Você fala, ele grita com você ele maltrata você. A menina só quer ficar no meio da maloqueira.... Ela quis bater na mãe. A cachorra avançou até em mim que sou avó para bater (Sujeito 4).

Porque no dia que a menina roubou a calça ela correu, ela correndo e eu correndo atrás.... O meu portão já está arrebitado os dois cadeados. Ela que arrebita.... Tranco ele para o lado de dentro e foge (Sujeito 13).

Depois de estar no sofá, com a mão na vagina da menina....
Ficava escondida com a minha menina nos quartos e no
banheiro (Sujeito 17).

Classe 3 – Violência Doméstica:

Nesta classe os sujeitos retratam a perda dos direitos de cidadania, manifestado através de prisão, mentira, chantagem, agressões físicas a crianças e mulheres, bem como ameaças de morte. Os sujeitos ressaltam a forma como os filhos reagem às normas educativas, não as considerando importantes, reagindo de forma contrária, ou ignorando-as

Retratam o incentivo à educação com violência, por parte de um dos responsáveis. O comportamento de um dos pais de denunciar a desobediência do adolescente serve como estímulo à prática da violência física por parte do agressor. Os sujeitos ressaltam, em alguns momentos, a omissão de um dos responsáveis, o qual prefere sair do local em que está ocorrendo a violência física ou psicológica contra os adolescentes.

O resto era só na chicotada mesmo. Chegava e de vez em quando ele chegava com o cinto na mão. Ou então com uma vara preparada para bater (Sujeito 1).

Então ele pegava a R. Queria bater nela, queria matar ela.... Deu parte dele, tiraram ele da cadeia. Depois a R. foi lá e falou que era mentira do meu marido De certo ela respondeu. Gritou não sei. Bateu. Deu uns tapas nela (Sujeito 4).

Levei um tiro, eu tenho a cabeça trincada, meu falecido marido.... Quando.... eu passava um rabo de olho, eles iam lá para o fundo, ô mãe desculpa, não sabia que tinha gente não. Hoje se eu passar um rabo de olho neles, eles começam a rir da minha cara (Sujeito 13).

Classe 2 – Religião e prevenção de violência:

Os sujeitos descrevem as influências sociais, sobre a vida do adolescente, tais que amizade, amor e religiosidade, violência, costumes e criação, como mediadores na prevenção de violência.

Ressaltam a existência do amor no dia-a-dia do adolescente, ressaltando que a prática de relações afetivas pode contribuir para melhor adaptação ao meio social e, conseqüentemente, para diminuir à predisposição de práticas de atos de violência.

Esses grupos de sujeitos põem em relevo a destruição da sociedade, provocada pelo comportamento das pessoas que residem no bairro. Ressaltam, também, a existência de violência de adultos contra adolescentes.

Alegam que a violência pode ser perpetuada ao longo das gerações. Apontam o sentimento de posse que os adultos demonstram com relação aos adolescentes, o que repercute no atrito entre os grupos de pais e os de adolescentes.

O grupo de sujeitos dessa classe retratam a influência da religiosidade na vida dos adolescentes e ressaltam a forma como a religião interfere na violência do bairro.

Destacam a influência das amizades no dia-a-dia dos adolescentes, com relação aos aprendizados dos vícios, à possibilidade de práticas profissionais ilegais e acesso ao ambiente da “rua”.

A classe dois ressalta que existe a violência entre os adolescentes e dos policiais contra os adolescentes. Tanto os adultos, parentes e vizinhos, quanto os policiais, praticam a violência.

A necessidade de trabalhos que auxiliem os adolescentes a melhorarem sua auto-estima, são evidenciados por essa classe.

Ao apontarem a necessidade da integração do adolescente ao meio, citam como alternativa, o lazer, ao mesmo tempo em que o colocam como uma possibilidade de difícil alcance, em virtude das necessidades de subsistência familiar.

A influência exercida pela mídia - em especial a televisionada - é considerada pelos sujeitos dessa classe como fator de interferência significativa na educação dos filhos adolescentes incentivando-os à prática de atos de violência e rebeldia.

Se eles andassem em sentido firme eles olhavam o buraco, também e afastavam não caíam nele. Isso já vem de geração.... Porque tem muitos na família ruim (Sujeito 4).

Com o dinheiro, às vezes influencia.... as amizades influenciam.... Aí vem o caso, uma pessoa viciada com maus costumes.... (Sujeito 10).

A sociedade hoje ela é uma sociedade despreparada.... muito inserida nos costumes mundanos sem religião Briga de policial. Às vezes a polícia agride eles, não que ela esteja errada, há necessidade. É no caso de uma prisão (Sujeito 14).

Classe 6 – Educação de filhos:

Os sujeitos dessa classe ressaltam a educação dos filhos, reforçando a necessidade de utilização da violência física para a educação de crianças e adolescentes. O castigo é visto como necessário, contribuindo para incentivar a obediência, a atenção e impor limites e ordem.

O brincar é apontado como uma experiência necessária ao desenvolvimento das crianças e contribui para a educação dos filhos.

Para os sujeitos a educação dos filhos refere-se também à forma adequada de repassar os hábitos de vida social, escolar e familiar.

A necessidade de carinho e dedicação é apontada como recurso auxiliar a educação dos filhos, favorecendo o diálogo e o nível de respeito pelos familiares responsáveis.

A necessidade de compreender as dificuldades e situações de conflito dos adolescentes é ressaltada pelos responsáveis, que consideram a compreensão como importante e fundamental no dia-a-dia das famílias.

É ressaltada a expectativa dos responsáveis no que diz respeito à existência de um órgão público, ou de pessoas que possam proteger os filhos adolescentes pelos responsáveis, o que evidencia a dificuldade que os pais encontram em educá-los.

A dificuldade de atuação por parte das instituições de assistência hospitalar e do aparelho policial é explicitada pelos sujeitos dessa classe.

Ele tem que ver que isso é errado. Que o pai dele bate nele por que o pai dele gosta dele (Sujeito 2).

Ele puxa o menino fora do ritmo de vida que você cria o seu filho. A parte da droga. Teima e sai.... O filho deve obediência

ao pai. Você não quer ver seu filho fazer uma coisa errada, você quer ver o seu filho em um bom ritmo (Sujeito 3).

Acho que filho precisa de carinho, educação, trabalhar e ensinar fazer as coisas. Eu acho que tem que sentar e conversar com os filhos. Filho que não tem explicação da mãe ele é uma criança solta na rua. Se a mãe e o pai não podem corrigir seu filho, não pode bater, eles lá batem. O juiz , o promotor, o delegado, seja quem for, estou falando. Eles pensam é que pode bater (Sujeito 4).

Porque ele não obedece, não aceita regra.... ..não aceita nada. A comida é fácil você dar. O difícil é a educação (Sujeito 5).

Antigamente no sistema que eu fui criado era diferente.... obedecer a gente e não ser agressivo, ser honesto (Sujeito 6).

Classe 4 – Interferência da escola na família:

Os discursos dos sujeitos dessa classe relatam as mudanças que estão ocorrendo na escola, principalmente com relação ao comportamento dos adolescentes. Ressaltam a influência das drogas e o conflito entre grupos de adolescentes.

Eles expressam a violência que ocorre principalmente no âmbito escolar, correlacionando-a à ação do professor e à intervenção na escola. Salientam que a escola favorece a prevenção da violência em alguns casos, e em outros já não resolve, pois depende da vontade dos alunos.

Apontam para a influência da mídia televisionada, que incentiva o comportamento de violência na escola, por parte dos adolescentes.

Ressaltam a atuação das instituições, pontuando que estas têm trazido auxílio à comunidade e que não tem tantas falhas.

Eles se referem ao cotidiano da escola e retratam a violência no ambiente escolar. Salientam a influência positiva que a escola exerce na prevenção da violência, bem como a influência das drogas e da violência nos grupos de adolescentes.

Existe violência maldade, tem uns que é violento, não. É que passa na televisão. Quando eu ligo a televisão eu assisto muitas coisas passando na televisão (Sujeito 7).

Alguns adolescentes ficam conversando no meio dos outros. Ficam procurando briga.... E na mesma hora que está todo mundo bem, briga, tem desavenças (Sujeito 8).

Desse colégio que os meninos estudam, eu nunca ouvi falar nada, assim sobre drogas.... Eu nunca ouvi falar, lá dentro não (Sujeito 9).

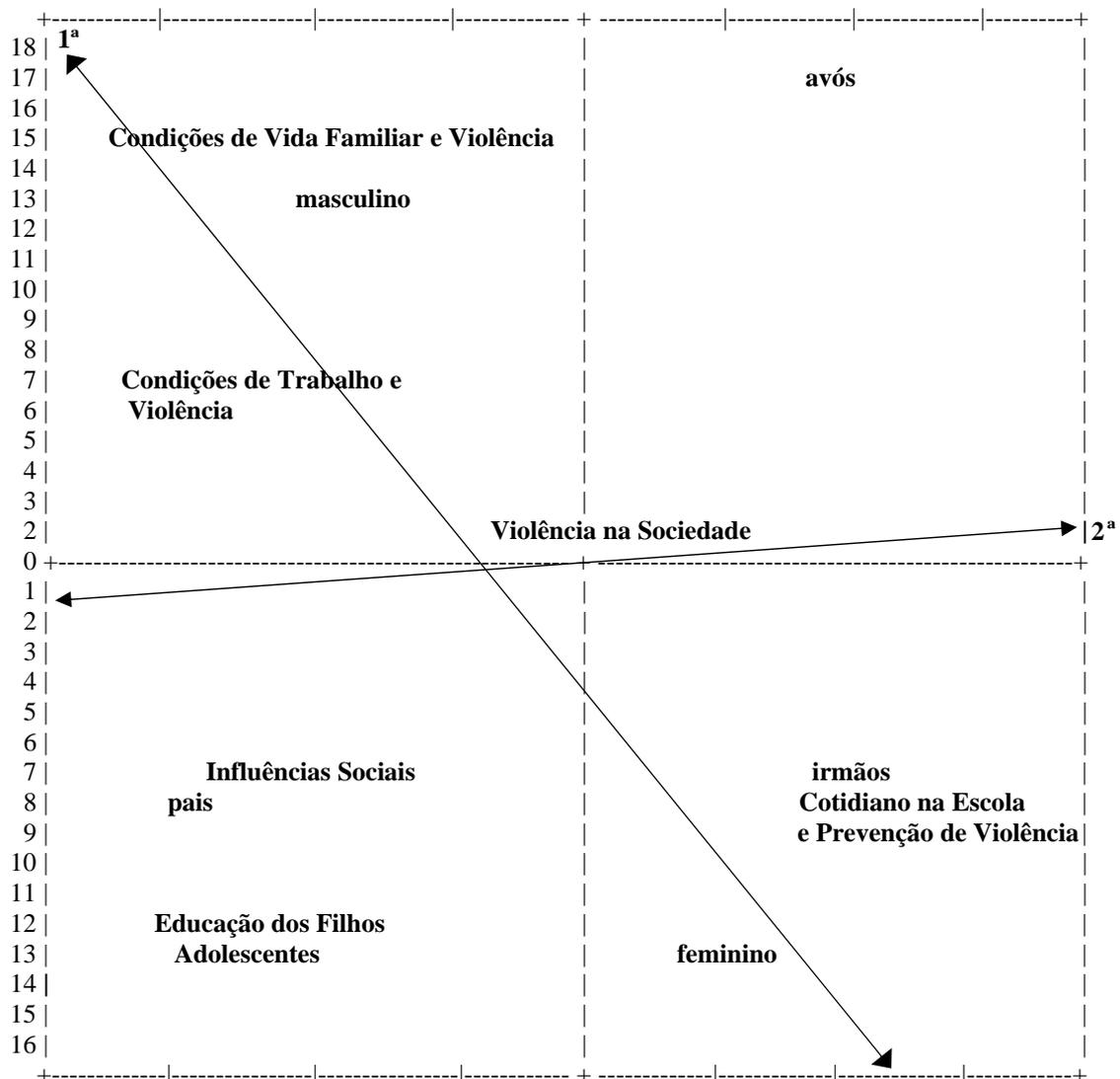
Põe, o que quer dizer que fica de joelho na secretaria sentado, estudando, fazendo a tarefa, lá na secretaria. Mas os professores não usam violência com os alunos.... Eles levam advertência.... Acho que sim, eles ficando dentro da escola (Sujeito 15).

2º Nível: Diferenciações grupais - posição dos grupos em relação às representações sociais

sociais

Nesse nível de análise passa-se a verificação da existência de diferenças grupais no plano fatorial da representação social da violência.

Figura 3. Projeção das palavras analisadas sobre a representação social de violência doméstica elaborada pelas famílias dos adolescentes alunos da escola pública e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo).



A Figura 3 apresenta a projeção das palavras analisadas e a associação das variáveis sociográficas distribuídas nos diferentes campos que determinam as classes.

No grupo 1 (Escola Pública) a primeira dimensão está voltada para a *parentalidade* e divide o campo em dois.

De um lado agrupam-se as classes das *Condições de vida familiar e violência*, *Violência na sociedade e Cotidiano na escola e prevenção de violência*, associadas às variáveis: *irmãos e avós*.

De outro lado agrupam-se as classes das *Condições de trabalho e violência e da Educação dos filhos adolescentes*, associadas à variável: *pai*.

Esses resultados parecem indicar que o discurso dos pais está voltado para as condições de trabalho e violência e educação dos filhos adolescentes. No caso dos pais, esse problema é agravado pelas condições de trabalho, que dificultam o acompanhamento dos filhos e também pelas más influências, advindas da sociedade. Os pais vão centrar o problema da violência na própria adolescência, como se fosse um problema de geração.

Existe uma segunda dimensão voltada para o gênero e divide o campo em dois: superior e inferior.

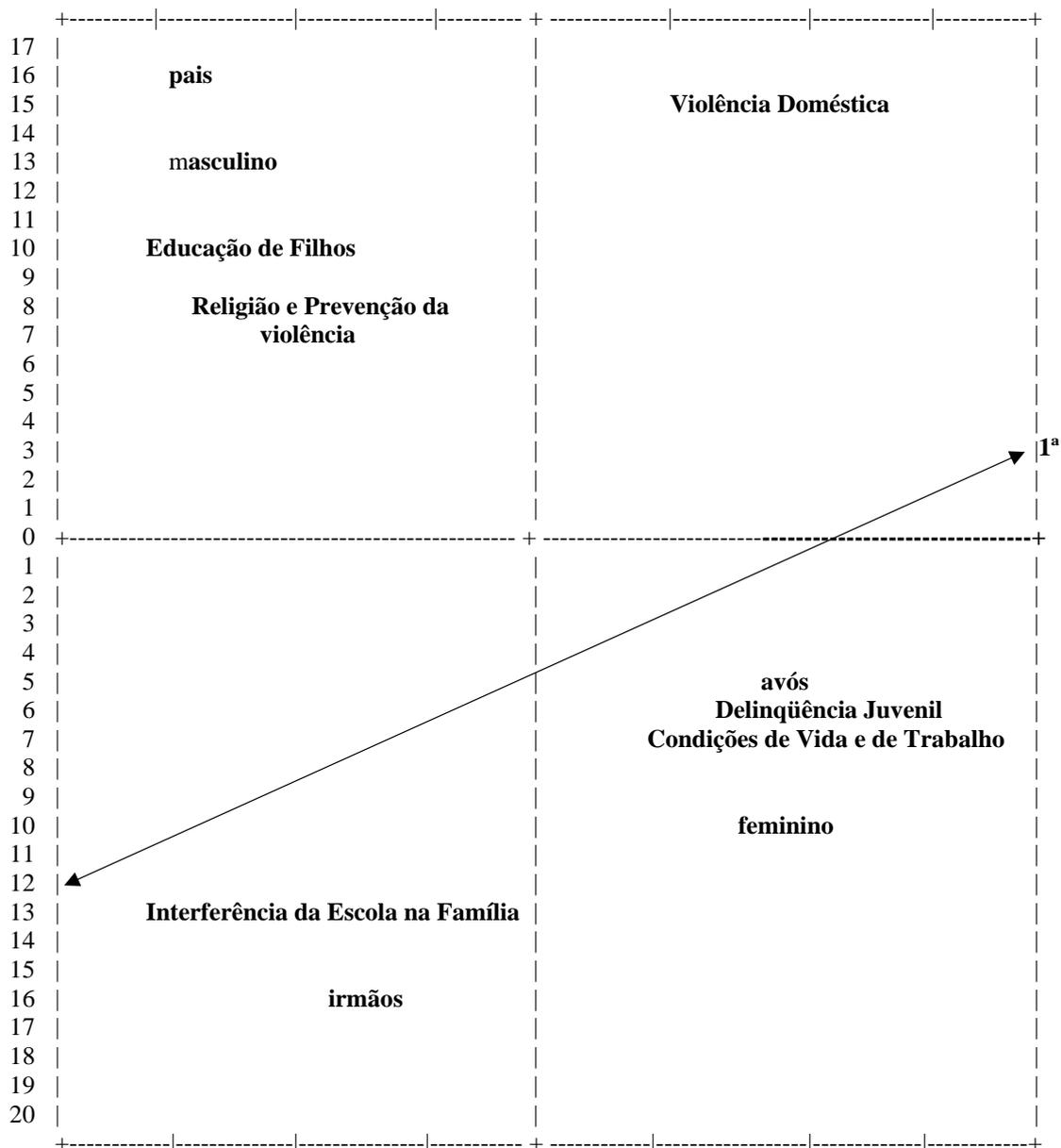
No campo horizontal superior agrupam-se as classes das *Condições de vida familiar e violência*, das *Condições de trabalho e violência* e *Violência na sociedade*, associadas à variável: *masculino*.

No campo horizontal inferior agrupam-se as classes das *Influências Sociais*, da *Educação dos filhos adolescentes* e do *Cotidiano na escola e prevenção de violência*, associada à variável: *feminino*.

Estes resultados parecem indicar que o discurso masculino se caracteriza por ser mais social, mais público, voltado para as condições de vida e formas de violência no bairro,

enquanto o discurso feminino caracteriza-se por ver a violência como inerente à sociedade, presente no cotidiano, da família e ligada aos problemas de convivência.

Figura 4. Projeção das palavras analisadas sobre a violência doméstica elaborada pelas famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo).



No Grupo 2 (Conselho Tutelar) a primeira dimensão é a de *gênero* e divide o campo em dois.

De um lado agrupam-se as classes *Religião e prevenção de Violência, da Educação de filhos e Violência doméstica*, associada à variável: **masculino**.

De outro lado agrupam-se as classes da *Delinquência juvenil, Condições de vida e trabalho e Interferência da escola na família*, associadas à variável: **feminino**.

Estes resultados parecem indicar que o discurso masculino se caracteriza por considerar a violência como natural. Para educar faz-se necessário utilizar a violência. O problema está na falta de religião. Os adolescentes se afastam da religião e entram na violência. A violência é banalizada.

O discurso feminino caracteriza-se por associar a violência às condições de vida precária. A violência está associada às dificuldades de educar os filhos devido à delinquência.

Nos dois grupos, da escola pública e do Conselho Tutelar, a escolaridade é de difícil interpretação. Parece estar superposta, ora a parentalidade, ora ao gênero.

Os sujeitos do grupo 2 – Conselho Tutelar, apresentam duas diferenças em relação ao grupo 1 – da escola pública: os homens, que acreditam ser a religião um modo eficaz de prevenir a violência, acusam o mundo de não ter religião. As mulheres percebem a delinquência como causa de violência na adolescência. As famílias desse grupo estão mais em contato com a delinquência.

Parece existir nos dois grupos um efeito de gênero.

Os sujeitos femininos percebem a violência de forma diferente. No grupo da escola pública a violência é vista como um fenômeno social e a dificuldade de cuidar dos filhos é uma das causas que incentivam a entrada do adolescente na violência. Já no grupo do Conselho Tutelar, os sujeitos femininos vêm a delinquência com causa da violência na adolescência.

No tocante à forma como representam a escola, existem algumas diferenças. No grupo da escola pública, a escola aparece como positiva e no grupo do Conselho Tutelar a escola aparece como invasiva, cobrando os pais uma educação continuada, que considere e acompanhe os interesses e necessidades das crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se iniciar esse estudo, presumia-se a suposição que a violência doméstica fosse um fenômeno banalizado em famílias de adolescentes. Tal suposição surgiu devido ao fato de que as famílias fazem parte de uma cultura em que a violência é considerada como uma maneira legítima de solução de conflitos entre pessoas ou grupos. A violência está enraizada nos costumes, na cultura, no dia a dia das pessoas. Na sociedade brasileira, tal fenômeno está cada vez mais evidente, tanto no meio social, quanto nas práticas do Estado. Devido a transformação social do fenômeno da violência, as mais graves violações dos direitos humanos já não provocam reações na opinião pública.

Não há como analisar o desenvolvimento das famílias, sem considerar o ambiente social e cultural em que estas habitam, bem como os valores morais e éticos que a sociedade assume.

Os resultados desta pesquisa, realizada junto às famílias dos adolescentes de Goiânia, embora não permitam generalização, por se tratar de uma realidade específica, trouxeram informações de grande utilidade em relação à forma como as famílias concebem a violência. Os resultados permitem afirmar que a violência tem sido banalizada, do mesmo modo como a sociedade tende a naturalizá-la.

A violência entre adolescentes aparece de forma banalizada e acontece por motivos fúteis: conflito de opiniões, torcida por times de futebol diferentes, vínculo a grupos sociais diferentes, comentários ligados à roupa e ou acessórios e disputas para provar quem é o mais forte.

Na opinião dos sujeitos, a população de maior risco de violência, inclusive com probabilidade de morte, são os adolescentes. A representação dos pais e parentes no tocante à

adolescência está vinculada à situação de fragilidade, riscos de morte, constante perigo. O perigo de morte e de uso de drogas e seu tráfico é constante no ambiente da casa, da calçada, do bairro e na sociedade de modo geral.

Os pais e avós utilizam a violência doméstica como método educativo. Alegam que as agressões, isolamento, castigos, reprimendas e discussões entre pais e filhos são necessários ao processo educativo.

Os adolescentes, irmãos dos sujeitos ressaltam que, caso seja necessário, pode-se recorrer ao uso da violência como auxiliar ao método educativo de crianças. Alguns deles se utilizam de tapas, surras, agressões verbais para impor a ordem e o respeito perante os irmãos menores.

Os sujeitos apontam para a existência da violência na sociedade: assassinatos de crianças, adolescentes e adultos. A morte surge, inesperadamente, no cotidiano, sem qualquer motivo aparente. Os sujeitos convivem com a ameaça de morte, em qualquer lugar e a qualquer momento, mesmo dentro de suas casas. O espaço das residências é constantemente invadido por bandidos. Segundo os sujeitos, alguns vizinhos ficam observando o movimento dentro das residências, esperando ocasiões para roubar, ou causar danos às pessoas.

A droga aparece como causa de roubos, danos psicológicos, conflitos familiares, violência física entre adolescentes, violência entre adolescentes e familiares e ou estranhos provenientes de outros grupos sociais.

Os sujeitos dizem que as más condições de trabalho impedem a melhor educação e acompanhamento dos filhos; e isto favorece a violência.

Para os sujeitos do grupo 1 os professores são vítimas de violência dos alunos, que se manifesta através de agressões verbais e conflitos por poder dentro da sala de aula e nos pátios. A violência do professor contra os alunos é naturalizada: castigos, repreensões, isolamento, praticados pelos professores, são vistos como úteis ao processo educativo.

Já os sujeitos do grupo 2 - os familiares de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar ressaltam a violência na escola, com a presença de alunos que entram no espaço escolar para comercializar drogas, depredar o prédio e roubar. Os professores são constantemente vítimas de agressão física e verbal e ameaças de morte, praticada por alunos matriculados na escola e grupos que freqüentam a escola, com o objetivo de comercializar drogas. A violência do professor contra o aluno, repreensões, castigos, humilhações e isolamento em secretaria e diretoria, são vistos pela maioria dos responsáveis como um método educativo necessário, que contribui para a disciplina e o controle da desobediência dos adolescentes, incentivando-os a estudar e tornar assíduos à escola. O trabalho do professor é visto com restrições. Alguns responsáveis não aprovam a forma como os adolescentes são tratados pelos professores, alegam inclusive que os professores não estão bem preparados para educar.

Os outros sujeitos ressaltam que a escola e o professor são as possibilidades que os adolescentes têm de aprimoramento e engrandecimento na vida. Os pais sentem-se responsáveis pela educação dos filhos, mas vêem como importante o papel da escola. Afirmam ter dificuldades para educar os filhos em virtude das más condições de vida. Percebe-se portanto, que alguns sujeitos propugnam pela continuidade dos estudos dos adolescentes enquanto outros já desistiram de incentivar os filhos a continuarem estudando, embora acreditem que os estudos são uma forma de prevenção de violência.

A violência na escola é ressaltada, com a presença de alunos que entram no espaço escolar para atrapalhar as aulas, implicar os professores, provocar brigas na escola, comercializar drogas, depredar o prédio e roubar os objetos e aparelhos elétricos e eletrônicos.

Através disso, podemos afirmar que o grupo 1 ainda mantém a visão da escola como um local de aprendizado e segurança para seus filhos; diretora da instituição é tida como uma figura de autoridade que utiliza de diálogos e explicações sobre o comportamento

necessário na escola, e recorre aos pais em caso de necessidade de incentivo à disciplina dos adolescentes; enquanto que no grupo 2, a visão da escola é associada à um espaço de aprendizagem, mas também de conflito, perigo, risco e dificuldades de manutenção da disciplina, da ordem, do respeito e da camaradagem entre alunos e professores.

Para os sujeitos do grupo 2, a utilização de posturas mais rígidas e o emprego de violência física e verbal, castigos, expulsão, isolamento, interferência policial na escola, maior segurança quanto a portas, portões, cercas e muros, poderão contribuir para o controle da disciplina dos alunos.

Alguns sujeitos acreditam que a interferência do Conselho Tutelar é necessária e auxilia os professores na condução dos trabalhos acadêmicos, uma vez que oferece informações sobre a vida que o adolescente poderá encontrar fora do ambiente da escola, nas ruas (onde existe maior risco, conflitos, contato com a droga, sofrimento e morte).

Esse estudo, feito sobre as representações sociais de violência doméstica, revelou que os jovens, estão mais expostos às situações de risco, pois freqüentam locais movimentados, tumultuados e povoados por gangues como: bares, discotecas, bailes shows; p que confirma a pesquisa de Magagnin (1999) que afirma que os adolescentes compõem a população mais passível de ser vítima de atos violentos.

No presente estudo, os sujeitos revelam que as mulheres e as crianças são as maiores vítimas de violência doméstica e social, seguidas pelos adolescentes e pelas pessoas idosas, confirmando os dados da pesquisa de Magagnin (1999). Os agressores são, na maioria das vezes os pais e maridos por disputa de poder, conflitos interpessoais, alcoolismo e ciúme, no caso das filhas e esposas; posse, alcoolismo, imposição do poder e hábito de educar com castigos corporais e verbais, no caso dos adolescentes (violência doméstica).

Os sujeitos responsáveis e os irmãos dos adolescentes, na sua grande maioria, deixam claro que o uso da droga favorece o comportamento de violência, confirmando os

resultados de Magagnin (1999) e de Oliveira (2002) que associam a violência ao uso de drogas.

Na pesquisa sobre a violência doméstica, os sujeitos responsáveis pelos adolescentes reconhecem a violência na escola praticada pelo professor contra os alunos, bem como a violência praticada pelo aluno contra o professor. No tocante ao posicionamento dos responsáveis, com relação a violência na escola, os sujeitos alegam que a educação escolar pode ser permeada por comportamentos de violência verbal: gritos, humilhações como também por castigos físicos: isolamento corporal, ficar de joelhos, praticados pelo professor contra os adolescentes.

Outros se manifestam contra a violência do professor contra o adolescente, alegando que ela é prejudicial ao processo educativo, não devendo ocorrer no ambiente escolar. Os professores necessitam de melhor preparo inclusive para colaborar no processo educativo dos adolescentes.

Já na pesquisa de Oliveira (2002) com adolescentes e suas famílias, feita em Goiânia, sobre a violência na escola, os pais não reconhecem a violência cometida pelo professor contra os alunos, mas acham inadequada a violência praticada pelos alunos contra o professor, alegando que o professor não é merecedor da violência, uma vez que está tentando colaborar com a educação do aluno. Os sujeitos irmãos dos adolescentes também confirmam que a violência na escola é constante e evidenciada nas relações de poder, envolvendo alunos e professores e colegas entre si e devido a conflitos interpessoais.

Os dados da pesquisa sobre violência doméstica, confirmam o estudo de Oliveira (2002) segundo o qual os adolescentes reconhecem a violência entre as práticas cotidianas na escola, e como atos de violência todas as agressões físicas e verbais que acontecem dentro e fora do contexto da escola. A violência do professor contra o aluno expressa através de

ameaças e humilhações é percebida com menos frequência do que a do aluno contra o professor.

Na pesquisa sobre as representações sociais de violência doméstica, a violência na escola é ressaltada pelos responsáveis pelos adolescentes, que confirmam a existência da violência entre professores e alunos, pois os alunos procuram chamar a atenção e dominar o ambiente, necessitando a intervenção dos coordenadores da escola. Os coordenadores eventualmente solicitam o comparecimento dos responsáveis à escola, para colaborarem com a disciplina e com o processo de aprendizagem do adolescente.

No grupo 1 reconhecem na escola a presença de alunos que têm dificuldades de adaptação social, ocasionando conflitos interpessoais e desrespeitando as normas da escola. Já os sujeitos do grupo 2 reconhecem a presença de grupos estranhos na escola que comparecem, ocasionalmente, influenciando os outros alunos à prática de depredação do prédio escolar, roubo, tráfico de drogas e violência neste local. Estes dados confirmam os estudos de Oliveira (2002) sobre a existência de grupos, na escola, que incentivam a violência.

Nesse estudo constatou-se a banalização da violência, uma vez que o motivo para a prática da violência não justifica a violência, confirmando os estudos de Oliveira (2002) que apontam para a banalização da violência no contexto escolar.

A representação social de violência doméstica, segundo os sujeitos, está associada ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Os sujeitos idosos, adultos e adolescentes dessa pesquisa alegam ser esse tipo de violência a mais cruel, por não permitir à vítima denunciar o fato, em virtude das ameaças verbais e físicas feitas pelo (a) agressor (a). Tais dados confirmam os resultados de Labrin (1998) que verificou que os tipos de violência mais severas foram aquelas em que ocorreram maior violação e tortura, inclusive a sexual, no período de infância das vítimas.

Constata-se nessa pesquisa sobre a representação social de violência doméstica que a violência revela práticas violentas e banalização. Velho (1996) ressalta, que se faz necessário compreender a violência da sociedade brasileira considerando a desigualdade social e o esvaziamento da cultura, especialmente dos valores éticos nos sistemas de relações sociais.

Os sujeitos salientam a necessidade de que as relações interpessoais, entre a comunidade e os funcionários dos órgãos públicos, sejam redimensionadas, atentando para o conhecimento dos hábitos de comunicação e de relações sociais das pessoas que vivem em situações de risco, colaborando para o esclarecimento e apoio aos adolescentes.

Este trabalho aponta para a necessidade de estudos posteriores sobre a representação social que as pessoas em situação de risco têm dos funcionários públicos, para que, de posse dessa informação, possam ser definidos o aprimoramento e a capacitação dos funcionários públicos.

O Estado, por sua vez, deve concentrar esforços e favorecer condições para que a Lei do ECA seja melhor divulgada, para que seja mais respeitada e melhor cumprida.

Os estudos de Saffioti (1988) sobre a imposição de poder do agressor sobre o agredido, aduzidos aos resultados desta pesquisa confirmam a existência, nos casos de violência doméstica, do poder do agressor sobre os adolescentes agredidos. Fazem-se necessários estudos posteriores sobre a relação entre a banalização da violência na sociedade e a banalização da violência doméstica.

Tais estudos poderão contribuir na prevenção de comportamentos de violência na sociedade goianiense, mencionados pelos sujeitos dessa pesquisa e divulgados pela mídia, os quais focalizam apenas o ato de violência, desconsiderando os outros fatores que se encontram interligados a esse fenômeno.

A divulgação de estudos sobre causas da violência - formas de prevenção e acompanhamento, tratamento de pessoas que praticam a violência, formas de monitoramento, de punição dos comportamentos de violência, bem como o acompanhamento dos envolvidos - poderá contribuir para a percepção de que o fenômeno da violência deve fazer parte do interesse de toda a sociedade, que poderá ser motivada a prevenir a violência e apoiar e acompanhar as pessoas agredidas.

Devemos, pois, compreender o fenômeno da violência nas comunidades, observar as situações fomentadoras de violência doméstica, registrar os depoimentos de violência dos responsáveis e monitorar os comportamentos que possam influenciar na violência doméstica.

Enquanto não ampliarmos nossa visão cognitiva dos fatores que conduzem à violência e estivermos presos à estreiteza do que é veiculado pelos meios de comunicação – com propósitos sensacionalistas – estaremos na posição confortável de meros espectadores da violência que aflige, não apenas os adolescentes – objeto do nosso trabalho – mas a sociedade como um todo, jamais exercitando nosso direito, nosso dever de agentes modificadores sociais. A intervenção de cada indivíduo, como agente pesquisador – produzindo e divulgando dados – subsidiará as atividades de prevenção, monitoramento, acompanhamento e combate à violência que se produz no ambiente familiar, na comunidade, na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J. C. (1976). *Jeux Conflits et représentations sociales* thèse d' Etat. Aiz-en-Provence, Université de Provence.
- Abric, J. C. (1987). *Coopération, Compétition et représentations sociales*. In D. Jodelet (org.). Cusset: Del Val.
- Abric, J. C. (1998). *A abordagem estrutural das representações sociais*. In X. P. Moreira, & D. C. Oliveira (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora.
- Adorno, S. (1993). *A experiência precoce da punição: o massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Adorno, S. (1995). *A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada*. *Revista Sociedade e Estado*, vol. X, nº 2, pp. 299-342. Brasília: UNB.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1978). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- Almeida, A. O., Campos, P. H. F., & Ribeiro, A. S. M. (2000). *Projeto Bem-Me-Quer. Relatório de pesquisa-crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica*. Brasília: UNB.

Almeida, A. O., Ribeiro, A. S. M., & Campos, P. H. F. (2001). Bem-estar, maus tratos e risco: da violência suposta à violência reconhecida. *Estudos - Vida e Saúde*. v. 28, n. 4, pp. 561-590. Goiânia: UCG.

Assis, S. G. (1997). *Crescer sem violência. Um desafio para educadores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES.

Azevedo, M. A. (1993). Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes In M. A. Azevedo, & V. N. de. A. Guerra, *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.

Azevedo, M. A. (1995). A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes. In M. A. Azevedo, & M. S. de. S. Menin (orgs.), *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez.

Ballone, G., & Ortolani, I. V. *A violência doméstica*.

Baudrillard, J. (1997). *Tela total: meto-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Carlos Nelson Coutinho (trad.). Rio de Janeiro: Campos.

Brasil, Ministério da Saúde. (1997). *Violência contra a criança e adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Brasília: Gráfica do Senado.

- Bueno, S. F. (1996). *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD.
- Campos, P. H. F. (1998). *Pratiques, représentations et exclusion: le cas des éducateurs des enfants de rue du Brésil*. Thèse (Doctorat en Psychologie)- Université de Provence, Aix-en-Provence.
- Campos, P. H. F. (2000). Algumas reflexões acerca da violência contra crianças e adolescentes. In A. M. O. Almeida, & L. H. C. Pulino (orgs.), *Projeto Bem-me-Quer*, (pp. 31–46). Brasília: UNB.
- Cardia, N., & Shiffer, S. (2002). *Revista Sociedade brasileira da Ciência*. Ano 54 n. 1
- Cardia, N. (1995). Direitos humanos e exclusão moral. *Revista Sociedade e Estado*, 10, Brasília, 343-389.
- Cordeiro, A. M. (1986). A criança e seus pais: amada ou violada. In M. H. F. Steiner (org). *Quando a criança não tem vez. Violência e desamor* (pp. 55-62). São Paulo: Livraria Pioneira. Série cadernos e educação.
- Costa, F. G. (2001). *Representação social da velhice em idosos participantes de instituições para terceira idade*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UCG.
- Dejours, C. (2001). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro. FGV.
- Demo, P. (1996). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez.

Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses de donnés*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Durkeim, E. (1978). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril.

ECA/DF. (1995). *Estatuto da criança e adolescente*. Brasília: Gráfica do Senado.

Faleiros, V. de P. (1987). "A Fabricação do Menor". In *Humanidades* (12): 5-15, Brasília: UnB.

Farr, R. M. (1994). *Representações sociais: a teoria e sua história*. In P. A. Guareschi, & S. Jovchelovitch (orgs.), *Textos em representação social* (pp. 31-62). Petrópolis: Vozes.

Guareshi, N. M. F. de. (1993). *A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e a afirmação da vida adulta*. In M. J. Spink (org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 212-233). São Paulo: Brasiliense.

Guareschi, P. A., & Jovchelovitch, S. (1994). *Textos em representação social*. Petrópolis: Vozes.

Guerra, V. N. A. (1985). *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez.

IBGE. (1992). *Indicadores sociais: crianças e adolescentes*, nº 4, RJ.

- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Manual de Listagem.(1999) Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia.
- Imach, S. C. (1999). Niños maltratados: análisis de los aspectos cognitivos através del WISC III. Ridep, n. 1, pp. 53-63.
- Jodelet, D. (1984). La representation social: fenômenos, concepto Y teoria. In S. Moscovici, (org.), Psicologia Social (pp. 58-72). Barcelona: Paidós.
- Labrín, J. B. (1998). El Dolor invisible de la infancia : una lectura ecosistémica del maltrato infantil. Barcelona: Piados.
- Lizo, C. V. L. P. (1986). Erros e negligencia dos pais em relação aos cuidados de saúde do filho. In M. H. F. Steiner (org.), Quando a criança não tem vez.Violência e desamor. São Paulo: Livraria Pioneira. Série cadernos e educação.
- Lucinda, M. da C., Nascimento, M.das G., & Candau, V. M. (1999). Escola e Violência. Rio de Janeiro: DP & A.
- Magagnin A. T. (1999). A construção do significado da adolescência pelos adolescentes de Brasília. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB.
- Marques, M. A. B. (1994). Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Petrópolis: Vozes.
- Martins J. S. (1997). Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.

- Martins J.de S. (1997). *Exclusão: a nova desigualdade social*. São Paulo: Vozes.
- Medrado, B. (1998). Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. In *Psicologia e Sociedade*, 10 (1): 86-103, jan./jun., pp.88-89.
- Michaud, Y. (1989). *A violência*. São Paulo: Editora Ática.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse: son image et son public*. Paris: Presses Univesitaire de France (Tradução Brasileira: Jorge Zahar.). 1978.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici S. (1981). On social representation. In J. P. Forgas (org.), *Social Cognition*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Nardini, M. J. (2001). Aspectos Constitucionais e Práticas dos direitos Fundamentais. In R. B. Lima (org.), *Direitos Humanos e Cotidiano* (pp. 43-71). Goiânia: Bandeirantes. Pró Reitoria de Extensão e Cultura - UFG.
- Ofugi, C., & Cruz, M. (2001). *A criança e a violência na TV*. Goiânia: Bandeirantes. Pró Reitoria de Extensão e Cultura – UFG. pp. 285-288.
- Oliveira, J. P. (2002). *A representação social da violência*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UCG.

- Oliveira, E. A. de, & Cardoso, J. R. C. (2001). Violência Urbana e Cotidiana. In R. B. Lima (org.), *Direitos Humanos e Cotidiano* (pp. 266-271). Goiânia: Bandeirantes. Pró Reitoria de Extensão e Cultura - UFG.
- Pereira, P. A. (1996). *A assistência social na perspectiva dos direitos*. Brasília: Thesaurus.
- Ribeiro, A. S. (2000). *Macho adulto branco sempre no comando*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB.
- Ribeiro, A. S. M. (2000). *ALCESTE: Análise quantitativa de dados textuais*. Apostila Universidade de Brasília.
- Rocha, C. O. (2001). O estatuto da criança e adolescente: experiência e consciência. In R. B. Lima (org.), *Direitos Humanos e Cotidiano* (pp. 281-284). Goiânia: Bandeirantes. Pró Reitoria de Extensão e Cultura - UFG.
- Rodrigues, A. A., & Carvalho, D. B. B. (1998). A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal. In *Ser Social* 2, 57-84.
- Rosavallon, P. A. (1997). *A crise do estado providência*. Goiânia: UFG. Brasília: UNB.
- Sá, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In M. J. Spink (org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

- Saffioti, H. I. B. (1988). A síndrome do pequeno poder. In M. A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (orgs.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglup1.
- Sawaia, B. (1999). *Artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Sousa, S. M. G. (2001). *O significado de infância, educação e violência física contra filhos*. Goiânia: UCG.
- Spink, M. J. P. (1993). *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, vol. 1.
- Spink, M. J. P. (1995). *Representações sociais e práticas discursivas: a conversação como produção de sentido*. Comunicação apresentada no I Simpósio sobre Cognição Social. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, mimeografado.
- Werthein, J. (2000). Juventude, violência e cidadania. In A. M. de O. Almeida, & L. H. C. Paulino (orgs.), *Projeto Bem-Me-Quer. Fórum de combate à violência*. Brasília: Prática.
- UNESCO - Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura (1988-1998).
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância. (2001). *Situação da Infância Brasileira*. Brasília.
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2000). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 457 – 475.

Velho (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In G.

Velho, & M. Alvito, *Cidadania e Violência* (pp. 10-23). Rio de Janeiro: FGV.

Zaluar, A. (1996). ps 48-68 A Globalização do crime e os limites da explicação local. In G.

Velho, & M. Alvito, *Cidadania e Violência* (pp. 48-68). Rio de Janeiro: Editora UFRJ;

Fundação Getúlio Vargas-FGV.